

Concessão de Utilização Privativa do Domínio Público Municipal para Instalação, Manutenção e Exploração de Publicidade em Mobiliário Urbano, por Lotes:

- a) Lote I – Suportes de pequeno formato: Abrigos; MUPI; MUPI sobrelevado; MUPI CMP;
- b) Lote II – Suportes de médio formato: Paineis;
- c) Lote III – Suportes de grande formato (Localização A): Outdoor;
- d) Lote IV – Suportes de grande formato (Localização B): Outdoor.

Considerandos

1. Fundamentação da decisão de contratar

- 1.1. Determina o artigo 36.º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo DL n.º 18/2008, de 29.01, na redação atual, que a decisão de contratar deve ser fundamentada.
- 1.2. Assim sendo, e considerando que:
 - 1.2.1. A qualidade e organização do mobiliário urbano são fundamentais para garantir o usufruto do espaço público em segurança, bem como garantir a informação de peões e condutores;
 - 1.2.2. A exploração comercial de suportes apropriados na cidade é importante para não excluir o Porto da economia e dos mercados nacionais e internacionais, formalizando com harmonia o que, de outra forma, tende a tornar-se anárquico;
 - 1.2.3. O aparecimento de novas tecnologias de informação e de suportes diversificados abriu o mercado da publicidade, pulverizando os investimentos dos operadores do sector e modificando os seus antigos paradigmas;
 - 1.2.4. Estas modificações abrem, também, às autarquias novas oportunidades de reorganização e racionalização dos equipamentos que possuem na via pública e servem, simultaneamente, como instrumentos para a sua própria informação e como suportes de publicidade;
 - 1.2.5. Tradicionalmente, os Municípios portugueses aplicaram no espaço público sistemas de comunicação, mobiliário urbano e de suporte ao transporte público durante os anos 70 e 80 do Século XX, tendo por base, geralmente, a concessão a operadores especializados na exploração comercial;

¹ Toda a legislação referida nesta proposta considera-se como reportada à redação em vigor à data da mesma.

- 1.2.6. Os elevados custos de investimento que a mudança destes equipamentos implica e a ausência de vocação comercial das autarquias, impedidas legalmente de assumirem um papel mercantilista, tornam inexequível a internacionalização dos serviços de venda e gestão do espaço publicitário que lhes está inerente.
- 1.2.7. A solução de concessionar a operadores privados estes sistemas existentes no espaço público, indispensáveis à vida da cidade, têm sido, por isso, a solução adotada há décadas nas principais cidades portuguesas e mundiais.
- 1.2.8. O presente Executivo Municipal encontrou, à sua posse, uma situação de continuidade com origem na década de 80, e sucessivamente renovada, de concessão que se equilibrava economicamente num conjunto de contrapartidas a fornecer ao Município em troca da exploração comercial de espaços por parte do operador;
- 1.2.9. As recentes alterações produzidas ao código dos contratos públicos aconselham, entretanto, que seja lançado um procedimento concursal a fim de definir, segundo as novas regras de contratação em vigor desde 2018, condições contratuais que assegurem não apenas o interesse paisagístico, urbanístico, informativo e financeiro do Município, mas respondam simultaneamente aos novos desafios tecnológicos que se colocam hoje ao sector. E garantam condições de livre concorrência e equilíbrio comercial entre os operadores de mercado;
- 1.2.10. A intermunicipalização da STCP, em curso, aconselha ainda a que o Município garanta, num curto espaço de tempo, a substituição dos abrigos de paragens de autocarros existentes e colocados na via pública pelo concessionário que há cerca de quatro décadas opera na cidade, o que também aponta para a necessidade de um forte investimento neste tipo de equipamentos, dotando-os de tecnologias de informação aos passageiros e apoio à rede de autocarros na cidade;
- 1.2.11. Conseguido acordo, sufragado por deliberação neste Executivo, com o concessionário encontrado para cessar, num mesmo momento, os vários contratos existentes e cujos termos eram desencontrados no tempo, obteve o Município do Porto legitimidade e conforto político e jurídico para desencadear os procedimentos pré-contratuais para uma nova era de organização do mobiliário urbano no Porto, e que agora se propõe;
- 1.2.12. A cidade do Porto alterou, com alguma profundidade e celeridade, o seu perfil de atratividade, circulação pedonal e automóvel e está empenhada na alteração de paradigma quanto ao uso do transporte público;

Porto.

- 1.2.13. Existe nos dias de hoje, graças ao processo de reabilitação urbana em curso na última década e graças à vitalidade do comércio local, uma grande apetência pelo mercado publicitário no espaço público da cidade, o que equilibra uma certa tendência de pulverização dos budgets de publicidade por outros meios de comunicação alternativos;
- 1.2.14. O Município do Porto, por estratégia política implementada pelo Pelouro do Urbanismo, Espaço Público e Património, tem reduzido drasticamente o licenciamento de publicidade em suportes ocasionais, como andaimes de obras, empenas, mastros-bandeira e pendões, evitando a poluição visual excessiva na cidade e dirigindo valor e oportunidade para suportes comerciais próprios, como os que agora se colocam a concurso;
- 1.2.15. A política do Município em restringir fortemente o licenciamento da publicidade ocasional e oportunista fora dos suportes próprios, nomeadamente em empenas e andaimes, veio mitigar o problema detetado de falsas e perversas comunicações de obras que, na verdade não existiam;
- 1.2.16. O Município do Porto pretende ter o controlo permanente sobre a opção de instalação de alguns equipamentos e mobiliário urbano, como casas de banho, placas de informação de trânsito, placas de toponímia, quiosques, colunas, etc. que, assim, entende não deverem estar vinculadas à concessão;
- 1.2.17. A concentração do concurso que agora se propõe em elementos de mobiliário urbano que suporte publicidade, além de ser fator de valorização económica da concessão a favor do Município, clarifica o procedimento, tornando-o mais transparente e expurgando-o de parâmetros subjetivos que o poderiam tornar complexo, além de ser potencialmente mais gerador dos recursos financeiros necessários para que o Pelouro possa, a cada momento, tomar as decisões mais adequadas quanto às peças de mobiliário urbano que não se relacionam com a exploração comercial;
- 1.2.18. As similitudes e proximidade geográfica dos dois centros históricos do Porto e de Vila Nova de Gaia, levou a que as duas cidades tivessem, previamente a este concurso, aproximado visões sobre o tipo de mobiliário urbano a instalar, o que foi debatido no último ano através da criação de um grupo de trabalho envolvendo técnicos dos dois Municípios.

2. Valor dos contratos de concessão

- 2.1. O n.º 1 do artigo 410.º-A do CCP determina que o valor de um contrato de concessão corresponde ao total do volume de negócios do concessionário gerado ao longo da duração

do contrato, em contrapartida das obras e dos serviços que foram objeto da concessão, bem como dos fornecimentos relacionados com tais obras e serviços.

2.2. O valor global estimado da concessão, cujo apuramento resulta do estudo económico elaborado pela Faculdade de Economia do Porto, é de 99.045.000,00€ (valor sem IVA) correspondendo à seguinte distribuição por lotes:

- a) Lote I – 85.836.000,00€, valor sem IVA;
- b) Lote II – 8.647.000,00€, valor sem IVA;
- c) Lote III – 2.281.000,00€, valor sem IVA;
- d) Lote IV – 2.281.000,00€, valor sem IVA.

3. Contrapartida financeira do contrato de concessão

A contrapartida financeira mínima esperada da atribuição da concessão, a cada lote, pelo prazo de vigência previsto, cujo apuramento resulta do estudo económico elaborado pela Faculdade de Economia do Porto, é:

- a) Lote I – 10.761.825,00€, valor sem IVA;
- b) Lote II – 1.888.140,00€, valor sem IVA;
- c) Lote III – 591.820,00€, valor sem IVA;
- d) Lote IV – 591.820,00€, valor sem IVA.

4. Prazo de vigência

O Contrato de Concessão a celebrar, por Lote, tem os seguintes prazos de vigência:

- a) Lotes I e II – 15 anos;
- b) Lotes III e IV – 5 anos.

5. Procedimento

O procedimento pré-contratual adotado, considerando a natureza do contrato a outorgar, é o Concurso Público, com publicidade internacional, ao abrigo dos artigos 17.º, 18.º, n.º 1 do artigo 31.º, artigo 130.º e seguintes e artigo 410.º-A do CCP, aprovado pelo DL n.º 18/2008, de 29.01, na redação atual.

6. Gestores dos contratos

Em cumprimento do disposto no artigo 290.º-A do CCP, são designados os seguintes gestores dos contratos, com a função de acompanhar permanentemente a execução destes:

- a) Lote I - João Archer Ramalho Paiva Moreira;
- b) Lote II - Cátia Sofia da Silva Sampaio;

c) Lote III e IV - Paulo Miguel Pestana de Sousa.

7. Júri

- 7.1. Nos termos do artigo 67.º, n.º 1 do CCP, os procedimentos para formação de contratos são conduzidos por um júri, exceto para o ajuste direto, caso em que os mesmos são conduzidos pelos serviços da entidade adjudicante.
- 7.2. Decorre do mesmo artigo que o júri deve ser constituído em número ímpar, por um mínimo de três membros efetivos e dois suplentes, a designar pelo órgão competente para decidir contratar, no caso a Câmara Municipal (CM).
- 7.3. No sentido de agilizar os trabalhos do júri e garantir maior celeridade na tramitação processual é possível delegar no júri, nos termos do artigo 109.º, do CCP a competência para a decisão sobre a classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, conforme dispõe o artigo 66.º do CCP.
- 7.4. Tendo em conta o objeto contratual e os serviços municipais envolvidos, o júri pode ser constituído pelos seguintes elementos:

Função	Nome	Carreira / cargo
Presidente	Manuela Maria Martins Bernardes	Diretora Departamento Municipal do Espaço Público
Membros Efetivos	António Pedro Pinto de Sousa Teixeira	Diretor de Departamento de Apoio à Contratação e às Entidades Participadas
	Sofia Ferreira dos Santos Rebelo	Técnica Superior – Divisão Municipal de Compras
Membros Suplentes	João Ernesto Palha de Araújo Pestana	Chefe de Divisão Municipal de Requalificação do Espaço Público
	Ana Daniela Fortes Soares	Técnica Superior – Divisão Municipal de Compras

8. Peças do procedimento:

As peças do concurso público com publicidade internacional são constituídas pelas minutas dos anúncios (Diário da República e Jornal Oficial da União Europeia), pelo programa do procedimento e pelo caderno de encargos, como determina o artigo 40.º, n.º 1, alínea c) do CCP, cuja aprovação cabe

ao órgão competente para a decisão de contratar, no caso a CM, como resulta do referido artigo 40.º, agora n.º 2.

9. Caução

- 9.1. Estabelece o artigo 88.º do CCP que a caução a prestar pelo adjudicatário destina-se, por um lado, a garantir a celebração do contrato e, por outro, o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que o adjudicatário assume com a celebração do contrato.
- 9.2. Nos termos do n.º3 do artigo 89.º do CCP, quando em contratos que não impliquem o pagamento de um preço pela entidade adjudicante, for exigida a prestação de caução, o valor desta não pode ser superior a 2% do montante correspondente à utilidade económica imediata do contrato para a entidade adjudicante.
- 9.3. No âmbito desta concessão fixa-se a caução, para cada lote, em 2%, da remuneração total respetiva.

10. Competência

Compete à Assembleia Municipal, nos termos da alínea p), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, autorizar a câmara municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais.

PROPONHO:

1. Que, nos termos do disposto, na alínea p), do n.º 1, do artigo 25.º e nas alíneas qq) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro a **Câmara Municipal do Porto** delibere apresentar à Assembleia Municipal um pedido de autorização para concessionar, por concurso público internacional, a **Utilização Privativa do Domínio Público Municipal para Instalação, Manutenção e Exploração de Publicidade em Mobiliário Urbano, por Lotes**, nos termos do Programa do procedimento, Caderno de Encargos e demais documentos anexos.
2. Que seja aprovada, sob condição de aprovação, em Assembleia Municipal, da proposta *supra* referida:
 - a) A decisão de contratar, nos termos do artigo 36.º, do CCP;
 - b) A escolha do procedimento identificado no considerando 5, nos termos do artigo 31.º do CCP;

- c) Das minutas de anúncio para o Diário da República (DR) e para o Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), do programa do procedimento e do caderno de encargos, em anexo, nos termos do artigo 40.º, n.º 2, do CCP;
- d) Da designação dos gestores de contrato identificados no considerando 6 nos termos do artigo 290.º-A, n.º 1 do CCP;
- e) Da designação do júri indicado no considerando 7 nos termos do artigo 67.º, n.º 1, do CCP;
- f) Da delegação no júri da competência para decisão sobre a matéria descrita no considerando 7.3 nos termos do artigo 109.º, do CCP.

Anexos:

- I. Minutas dos anúncios DR e JOUE;
- II. Programa do Procedimento;
- III. Caderno de Encargos.

Porto, 3 de fevereiro de 2020.

O Presidente da Câmara,

Rui Moreira

Visto.



Visada

Direção Municipal de Serviços Jurídicos



CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

**Assunto: Concessão de Utilização Privativa do Domínio Público Municipal para Instalação, Manutenção e Exploração de Publicidade em Mobiliário Urbano.
NUD/53200/2020/CMP**

Deliberação: Aprovada por maioria, com 5 votos contra dos Senhores Vereadores do PS e da CDU e com 1 abstenção do Senhor Vereador do PSD.

Reunião Pública do Executivo Municipal de 10 de fevereiro de 2020.

O Diretor Municipal da Presidência


Adolfo Sousa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO


Assunto: Deliberação sobre Concessão de Utilização Privativa do Domínio Público Municipal para Instalação, Manutenção e Exploração de Publicidade em Mobiliário Urbano.

NUD/53200/2020/CMP

Deliberação: Aprovada, com 21 votos a favor (RM), 14 votos contra (11 PS + 3 CDU) e 10 abstenções (6 PSD + 3 BE + 1 PAN).

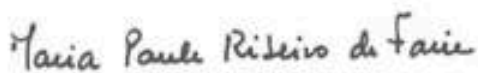
Sessão Ordinária de 17 de fevereiro de 2020.

O Presidente



Miguel Pereira Leite

A 1.ª Secretária



Paula Ribeiro de Faria

O 2.º Secretário



José Seródio

MUNICIPIO DO PORTO

CONCESSÃO DE UTILIZAÇÃO PRIVATIVA DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO PUBLICITÁRIA DE MOBILIÁRIO URBANO, POR LOTES

(Procedimento n.º CPI//2020/DMC)

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Objeto do concurso

1.1. Constitui objeto do presente concurso público, com publicidade internacional, a escolha dos cocontratantes para adjudicação de *contrato de concessão de utilização privativa de domínio publico municipal para instalação, manutenção e exploração de publicidade em mobiliário urbano, por Lotes*, de acordo com o estabelecido no Anúncio, no presente Programa do Procedimento e no Caderno de Encargos.

1.2. Serão consideradas propostas para os seguintes quatro Lotes, melhor identificados no Caderno de Encargos:

- a) Lote I – Suportes de pequeno formato: Abrigos; MUPI; MUPI sobrelevado; MUPI CMP;
- b) Lote II – Suportes de médio formato: Paineis;
- c) Lote III – Suportes de grande formato (Localização A): Outdoor;
- d) Lote IV – Suportes de grande formato (Localização B): Outdoor.

2. Entidade Adjudicante e Órgão que tomou a decisão de contratar

2.1. A Entidade Adjudicante é o Município do Porto, sita na Praça General Humberto Delgado, 2.º 4049-001, Porto, com o telefone +351 222 097 000 e fax +351 222 097 073, com o endereço eletrónico www.cm-porto.pt e com o endereço eletrónico geral@cm-porto.pt

2.2. A decisão de contratar foi tomada por deliberação da Câmara Municipal do Porto de (...) de (...) de 2020, ao abrigo do disposto nos artigos 36.º e 38.º do CCP, conjugados com as alíneas qq) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

2.3. A autorização para concessionar foi tomada pela Assembleia Municipal do Porto, em sessão de (...) de (...) de 2020, ao abrigo do disposto na alínea p) no n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

3. Fundamento da escolha do procedimento

O procedimento pré-contratual adotado, considerando a natureza do contrato a outorgar, é o Concurso Público, com publicidade internacional, ao abrigo dos artigos 17.º, 18.º, n.º 1 do artigo 31.º, artigo 130.º e seguintes e artigo 410.º-A do Código dos Contratos Públicos (CCP), republicado pelo Anexo III ao Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na redação em vigor.

4. Plataforma Eletrónica

4.1. O Procedimento é integralmente tramitado na Plataforma Eletrónica www.acingov.pt.

4.2. O acesso e a utilização da Plataforma Eletrónica pelos interessados e pelos Concorrentes são, em especial, regulados pelo regime jurídico das plataformas eletrónicas de contratação pública, aprovado pela Lei n.º 96/2015, e pela demais legislação e regulamentação que se encontre em vigor.

4.3. Em caso de dúvida sobre a credenciação e utilização da Plataforma Eletrónica, devem os interessados ou Concorrentes contactar, oportuna e antecipadamente, o suporte técnico da mesma.

5. Consulta e fornecimento das peças do procedimento

5.1. As Peças do Procedimento são disponibilizadas na Plataforma Eletrónica referida no número 1 do artigo anterior, desde o dia da publicação do anúncio do Procedimento no *Diário da República* e no *Jornal Oficial da União Europeia*.

5.2. As Peças do Procedimento encontram-se igualmente disponíveis para consulta dos interessados, desde o dia da publicação do anúncio do Procedimento no *Diário da República* e no *Jornal Oficial da União Europeia*, até ao termo do prazo fixado para a apresentação de propostas, na entidade a que se refere o n.º 2, nos dias úteis, durante as horas de expediente (das 09h00m às 12h30m e das 14h00m às 17h30m), junto dos serviços da Divisão Municipal de Compras, sita na Rua do Bolhão, 162 6.º andar, 4000 – 111 Porto.

5.3. No caso previsto no número anterior, os serviços da entidade registam o nome e o endereço eletrónico dos interessados que consultem as Peças do Procedimento.

5.4. A disponibilização das peças do concurso é efetuada a título gratuito.

6. Júri, esclarecimentos, retificações, erros e omissões do Caderno de Encargos

6.1. O Procedimento é conduzido por um Júri designado nos termos do disposto no art. 67.º CCP, detendo as competências que lhe são fixadas no art. 69.º CCP.

6.2. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri do procedimento, devendo os interessados apresentar os seus pedidos de esclarecimento, por escrito, através da Plataforma Eletrónica, até às 23:59 horas do dia em que termine o primeiro terço do prazo fixado, respetivamente, para a apresentação das propostas, nos termos do art. 50.º do CCP.

6.3. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo Júri do procedimento, por escrito, através da Plataforma Eletrónica, até ao dia em que termine o segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

6.4. A falta de resposta, até à data prevista no n.º 6.3, aos pedidos de esclarecimentos solicitados nos termos previstos do n.º 6.2, justifica a prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.

6.5. No mesmo prazo referido no n.º 6.2, em relação à apresentação de propostas, os interessados devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões por si detetados nas peças do Procedimento, com exceção daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

6.6. No mesmo prazo referido no n.º 6.3, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

6.7. No caso das listas a apresentar pelos interessados não conterem todos os elementos necessários à apreciação dos erros e/ou omissões e acima referidas, serão as mesmas consideradas como não apresentadas, não podendo as listas assim entregues, ser invocadas para aplicação do disposto no artigo 378º do CCP, em sede de execução do contrato.

6.8. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no n.º 6.6.

6.9. Sem prejuízo do previsto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no prazo referido no n.º 6.3., ou até ao final do prazo de entrega das propostas, sem prejuízo, neste caso, do previsto no artigo 64.º do CCP.

6.10. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na Plataforma Eletrónica e juntos às Peças do Procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.

6.11. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte integrante das Peças do Procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

7. Inspeção das parcelas a ceder

7.1. Durante o prazo fixado para a entrega das propostas, os interessados poderão inspecionar livremente as parcelas de domínio público municipal destinados à concessão, identificadas no Caderno de Encargos, que são de acesso público e irrestrito, e realizar nelas os reconhecimentos e estudos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas, podendo inteirar-se das condições que influam no modo de execução da instalação, utilização, manutenção e exploração.

7.2. Os interessados não poderão, em caso algum, invocar a ausência dos aludidos reconhecimentos ou estudos para condicionar a apresentação da sua proposta.

7.3. Independentemente das informações fornecidas nas peças patenteadas a concurso, entende-se que, com a apresentação da sua proposta a concurso, o Concorrente se inteirou localmente das condições das parcelas do domínio público municipal a conceder, tendo procedido a todas as avaliações, indagações e medições para o efeito necessárias, tendo inclusivamente procedido à verificação de todos os factos e circunstâncias relevantes para desenvolvimento do objeto do presente Concurso.

7.4. Os elementos disponibilizados sobre as parcelas do domínio público municipal a conceder que constam do procedimento têm carácter meramente informativo e a sua utilização pelos Concorrentes é efetuada a exclusivo risco para os mesmos, não podendo a Entidade Adjudicante ser responsabilizada por quaisquer erros, deficiências técnicas, incorreções ou outras desconformidades, quer durante a fase procedimental, quer durante o período de vigência do contrato.

7.5. Os interessados que efetuarem os estudos e/ou reconhecimento referidos em 7.1., fazem-no à sua própria responsabilidade, sendo também da sua responsabilidade o pagamento de eventuais indemnizações por prejuízos causados.

7.6. Os interessados deverão ter em consideração os diversos aspetos condicionantes ao desenvolvimento da concessão, nomeadamente, as dificuldades que se poderão registar em termos de acesso às parcelas.

CAPÍTULO II - CONCORRENTES

8. Concorrentes

É Concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa no presente procedimento de formação do contrato, mediante a apresentação de uma proposta.

9. Agrupamentos

9.1. Podem ser Concorrentes agrupamentos de pessoas, singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

9.2. Os membros de um Agrupamento Concorrente não podem ser simultaneamente Concorrentes no presente concurso, nem integrar outro Agrupamento Concorrente.

9.3. Quando for o caso, cada um dos membros do Agrupamento Concorrente, deverá apresentar, juntamente com os documentos da proposta, uma declaração feita por forma autêntica no país onde tenha sede, de que se submete à legislação portuguesa e ao foro do Tribunal Português que for competente, com expressa renúncia a qualquer outro.

9.4. As entidades que compõem o agrupamento devem designar um Representante Comum para praticar quaisquer atos respeitantes ao presente Procedimento, incluindo a assinatura da Proposta, devendo, para o efeito, entregar instrumentos de mandato emitidos para cada uma das entidades que o compõem ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

9.5. Todos os membros do agrupamento são solidariamente responsáveis perante a Entidade Adjudicante pela manutenção da proposta e, em caso de adjudicação, todos os membros do Agrupamento Concorrente deverão associar-se numa das modalidades previstas no n.º 31.

10. Operadores económicos abrangidos pelo Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial do Comércio

Nos domínios abrangidos pelos Anexos 1, 2, 4 e 5, pelas Notas Gerais do Apêndice 1 da União Europeia ao Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial do Comércio e pelos outros acordos internacionais a que a União Europeia se encontra vinculada, os operadores económicos dos Estados signatários desses acordos gozam, no âmbito do presente procedimento, de um tratamento idêntico ao concedido pelas entidades adjudicantes desses Estados aos operadores económicos da União Europeia.

11. Impedimentos

11.1. Não podem ser Concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem nas condições previstas no artigo 55.º do CCP, sem prejuízo da possibilidade de relevação prevista no artigo 55.º-A do CCP.

11.2. Caso algum dos Concorrentes pretenda requerer alguma relevação de impedimento, deve juntar com a sua proposta todas as justificações necessárias e toda a documentação de prova dos factos invocados.

CAPÍTULO III - APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

12. Modo de apresentação das propostas

12.1. Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados para cada Lote diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, referida no n.º 4.1, através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

12.2. A receção das propostas deve ser registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos Concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

12.3. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao Concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 12.1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.

12.4. Quando, pela sua natureza, qualquer documento que constitui a ou as propostas não possa ser apresentado nos termos do disposto no n.º 12.1, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado:

- a) No rosto do qual deve ser escrita a palavra "Proposta", indicando-se o nome ou a denominação social do Concorrente e a designação do Procedimento e da Entidade Adjudicante;
- b) Que deve ser entregue diretamente ou enviado por correio registado à entidade adjudicante, na morada constante do presente Programa de Procedimento, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas;
- c) Cujas receção deve ser registada por referência à respetiva data e hora.

13. Prazo para a apresentação de propostas

13.1. As propostas para cada Lote só podem ser apresentadas na plataforma eletrónica, referida no n.º 4.1, até às 17h00 do 45.º (quadragésimo quinto) dia seguinte à data do envio do anúncio para publicação no *Diário da República* e no *Jornal Oficial da União Europeia*.

13.2. A apresentação e a receção das propostas, nos termos anteriormente referidos, devem obedecer aos termos definidos no CCP e na Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto.

13.3. Os prazos fixados para apresentação das propostas são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.

13.4. Até ao termo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto à Entidade Adjudicante.

13.5. Os interessados que tenham retirado a sua proposta, nos termos do número anterior, podem apresentar nova proposta, desde que a mesma seja apresentada no prazo indicado no n.º 13.1.

14. Idioma dos documentos

14.1. Todos os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em português.

14.2. Quando pela sua natureza ou origem, os documentos forem redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução, devidamente legalizada e em relação à qual o Concorrente declare aceitar a prevalência sobre os respetivos originais.

15. Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os Concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

16. Documentos que constituem a proposta

16.1. A proposta, é constituída pelos seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, constante do **Anexo I** ao Programa de Procedimento e elaborado de acordo com as indicações do **Anexo II** ao Programa do Procedimento;
- b) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo III** ao presente programa de concurso;

c) Proposta Económica em conformidade com o modelo constante do **Anexo IV** ao Programa do Procedimento, na qual devem ser identificados os seguintes atributos:

- b.1) Valor da Remuneração Anual, valor sem IVA, correspondente ao valor a atribuir ao Município do Porto em 12 meses do Contrato; e
- b.2) Valor da Remuneração Total, valor sem IVA, correspondente ao valor da Remuneração Anual multiplicada pelo número de anos do Contrato.

16.2. No caso de agrupamentos:

- a) Instrumentos de mandatos a favor do representante do agrupamento emitidos por cada um dos seus membros, nos termos previstos no n.º 5, do artigo 57.º do CCP.
- b) Declaração de intenção de associação jurídica, em regime de responsabilidade solidária passiva, na modalidade jurídica pretendida de acordo com o n.º 31, subscrita por todas as entidades que integram o agrupamento, em conformidade com o **Anexo V** ao presente programa de concurso.
- c) Declaração de todos os membros de responsabilidade individual e solidária perante a entidade adjudicante pela proposta apresentada e, bem assim, pela sua manutenção, subscrita por todas as entidades que integram o agrupamento.

16.3. O Concorrente deve indicar claramente a que Lote ou Lotes concorre, podendo apresentar proposta para um, vários ou todos os Lotes.

16.4. Todos os preços deverão ser expressos em euros, em algarismos e por extenso, prevalecendo os indicados em algarismos, em caso de divergência, e não incluirão o IVA, devendo o Concorrente indicar a respetiva taxa legal aplicável deste imposto.

16.5. Caso o mesmo Concorrente apresente proposta para mais do que um Lote, deve proceder à apresentação de todos os documentos que devem instruir as propostas para cada Lote a que concorra, nos termos dos números anteriores.

17. Abertura das Propostas e Lista de Concorrentes

17.1. O Júri, no dia útil imediato ao termo do prazo para apresentação das propostas, procede à publicitação das listas dos Concorrentes na Plataforma Eletrónica referida no n.º 4.1., para cada Lote.

17.2. Aos Concorrentes incluídos nas listas é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.

17.3. O interessado que não tenha sido incluído nas listas dos Concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação das listas, devendo para o efeito apresentar o recibo eletrónico comprovativo da tempestividade da entrega da sua proposta ou propostas.

17.4. Caso a reclamação prevista no n.º 17.3 seja deferida, mas não se encontre a proposta ou propostas do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para as apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 17.1 e 17.2.

18. Esclarecimentos sobre as propostas

18.1. O Júri reserva-se o direito solicitar aos Concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeitos da análise e avaliação das mesmas, nos termos do n.º 1 do artigo 72.º do CCP.

18.2. Nos termos do n.º 3 do artigo 72.º do CCP, o Júri deverá solicitar aos Concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento.

18.3. Os elementos referidos no número anterior serão disponibilizados através da Plataforma Eletrónica referida no n.º 4.1 e considerar-se-ão como parte integrante das propostas, nos termos do n.º 2 do artigo 72.º do CCP, devendo todos os Concorrentes ser notificados dos mesmos.

19. Leilão Eletrónico

No presente procedimento pré-contratual não será utilizado leilão eletrónico.

20. Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

21. Propostas Variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes ou a inclusão de reservas ou de condicionamentos na proposta, sendo excluídas todas as propostas cuja análise revele que apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no Caderno de Encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar não submetidos à concorrência.

CAPÍTULO IV - ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

22. Análise das propostas

São excluídas as propostas cuja análise revele:

- a) Que não apresentem algum dos atributos da proposta de acordo com os quais o Concorrente se propõe contratar;
- b) Que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar não submetidos à concorrência;
- c) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
- d) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer obrigações legais ou regulamentares aplicáveis;
- e) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência;
- f) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
- g) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no presente Programa de Procedimento;
- h) Que sejam apresentadas como variantes;
- i) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os Concorrentes prestem culposamente falsas declarações.

23. Avaliação das propostas

23.1. O Júri procederá à avaliação, pontuação e ordenação/classificação das propostas dos Concorrentes que não devam ser excluídas, por cada Lote, nos termos dos números seguintes.

23.2. Os cálculos matemáticos implicados nas operações de avaliação das propostas serão efetuados sempre considerando duas casas decimais, sem arredondamentos.

24. Critério de Adjudicação

24.1. A adjudicação, em cada um dos Lotes, será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa determinada pela seguinte modalidade: avaliação da remuneração total a pagar ao Município do Porto, como previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 74.º, do CCP, sendo considerada mais vantajosa a que apresentar a remuneração total mais alta a pagar ao Município do Porto.

24.2. A adjudicação será feita de acordo com a modalidade de Lotes considerados individualmente.

24.3. A cada Concorrente só poderá ser adjudicado um Lote, sem prejuízo do disposto no número n.º 24.5.

24.4. No caso de a melhor proposta para mais do que um Lote ser do mesmo Concorrente, é-lhe dada oportunidade de indicar qual o Lote que pretende ver-lhe adjudicado, sendo os restantes Lotes adjudicados ao Concorrente, em cada caso, classificado no lugar subsequente.

24.5. Apenas será adjudicado mais do que um Lote a um mesmo Concorrente, no caso de o adjudicatário de um dos Lotes ser o único Concorrente a apresentar proposta noutro(s) Lote(s).

24.6. Poderá ainda ser adjudicado mais do que um lote a um mesmo concorrente, quando os adjudicatários de um dos lotes sejam os únicos concorrentes a apresentar proposta noutro(s) lotes(s).

24.6. Relativamente a cada um dos Lotes, no caso de o Concurso ficar deserto aplica-se o disposto no n.º 32.

25. Empate

Em caso de empate entre duas ou mais propostas serão as mesmas classificadas em função das seguintes regras aplicadas de forma sucessiva e enquanto houver necessidade de desempate:

a) Proposta que tiver sido apresentada por empresa que, nos termos do art.º 2.º do Anexo da Recomendação n.º 2003/361/CE, da Comissão Europeia, seja tipificada como Micro, Pequena e Média Empresa (PME)¹ pela seguinte ordem de classificação:

1.º – Microempresa – Menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros;

2.º – Pequena empresa – Menos de 50 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 10 milhões de euros;

3.º – Média empresa – Menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros;

¹ As regras para obtenção dos dados a considerar para o cálculo dos efetivos e dos montantes financeiros e período de referência deverão ser em conformidade com o disposto do artigo 4.º do Anexo da Recomendação n.º 2003/361/CE

b) Em caso de manutenção de empate na categoria de micro, pequena e média empresa, ou o referido critério não seja aplicável, o desempate será efetuado em função das seguintes regras, aplicadas de forma sucessiva:

b1) Empresa que apresentar o menor número de trabalhadores;

b2) Empresa que possua o menor volume anual de negócios, reportado ao último ano económico encerrado.

c) Caso se verifique necessário aplicar os critérios de desempate mencionados nos pontos a) e b), os concorrentes serão notificados para, no prazo máximo de 5 dias, indicarem o número de trabalhadores e volume de negócios, acompanhados de Documento de Certificação de PME (emitido pelo IAPMEI) e Declaração IES/DA (Informação Empresarial Simplificada/Declaração Anual de Informação Contabilística e Fiscal) mais recente.

d) Caso o empate se mantenha, a adjudicação será efetuada à proposta selecionada por meio de sorteio aleatório presencial, por com a presença de todos os representantes de todos os concorrentes empatados, que serão notificados para o ato público.

- i. A sessão para a realização do sorteio será agendada e notificada aos concorrentes com, pelo menos, 3 (três) dias úteis de antecedência, com a indicação da data, da hora e do local da sua realização.
- ii. Em caso de não comparência de representante legal de concorrente em situação de empate, o sorteio realizar-se-á na sua ausência após 30 (trinta) minutos da hora previamente agendada.
- iii. A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes.
- iv. Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração.
- v. A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada.
- vi. O júri elaborará uma ata que documentará os trabalhos efetuados na referida sessão e os resultados do sorteio, ata essa que será apensa ao processo de contratação e divulgada por todos os concorrentes.

26. Consultores e Estudos de Apoio à Decisão

26.1. O Júri pode socorrer-se da colaboração dos quadros da Entidade Adjudicante, ou de quaisquer outros técnicos, como consultores externos, para o apoio e elaboração de relatórios técnicos, na análise das propostas.

26.2. As deliberações do Júri poderão ter por fundamento, no todo ou em parte, pareceres ou estudos de consultores externos, casos em que tais documentos instruirão os respetivos relatórios que para eles remeterão.

27. Relatório Preliminar

27.1. Após a análise e avaliação das propostas e a aplicação do critério de adjudicação referido no n.º 24, o Júri elabora um Relatório Preliminar, no qual deve propor, por cada Lote, a ordenação e/ou exclusão das propostas, se for o caso, nomeadamente as que preencham a previsão de qualquer umas das diversas alíneas do n.º 2 do artigo 146.º ou do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

27.2. Do Relatório Preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados e suprimidos de irregularidades feitos pelos Concorrentes nos termos do disposto no n.º 18.2.

28. Audiência Prévia

Elaborado o Relatório Preliminar referido no artigo anterior, o Júri envia-o a todos os Concorrentes, fixando-lhes um prazo, não inferior a 5 (cinco) dias úteis, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia e, eventualmente, nos casos do n.º 24.4, para os Concorrentes poderem indicar o Lote que pretendem ver-lhes adjudicado.

CAPÍTULO V - ADJUDICAÇÃO

29. Relatório Final

29.1 Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elabora um Relatório Final devidamente fundamentado, elaborado em conformidade com o disposto no artigo 148.º do CCP, no qual pondera as observações dos Concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do Relatório Preliminar.

29.2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do Relatório Final resulte uma alteração da ordenação das propostas constantes do Relatório Preliminar, o Júri do Concurso procede a nova audiência prévia, nos termos previstos

no n.º 2 do artigo 148.º do CCP, seguindo-se um novo Relatório Final.

30. Adjudicação

Recebido o Relatório Final de avaliação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar adota a decisão de adjudicação, para cada Lote, que será simultaneamente enviada a todos os Concorrentes, juntamente com aquele Relatório.

31. Modalidade Jurídica de Associação de Empresas

Em caso de adjudicação de algum Lote a um Agrupamento, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, numa das seguintes modalidades jurídicas: Consórcio Externo, Agrupamento Complementar de Empresas (ACE) ou Sociedade Anónima.

32. Não Adjudicação

Não há lugar à adjudicação quando se verifique o disposto no artigo 79.º do CCP.

CAPÍTULO VI - HABILITAÇÃO

33. Habilitação

33.1. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário de cada Lote para que, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, apresente:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP tendo em consideração a declaração de retificação 36-A/2017 de 30.10.2017;
- b) Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a **contribuições para a segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do art.º 55.º do CCP;
- c) Documento comprovativo da sua **situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal** ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, como definido na alínea e) do art.º 55.º do CCP;
- d) **Certificado de registo criminal**, ou documento equivalente, dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções e da própria pessoa coletiva, no caso de entidades coletivas, como previsto na

alínea b) e h) do art.º 55.º e do art.º 83.º-A do CCP, com a inscrição **no fim a que se destina “Contratação Pública”**;

- e) **Cópia da certidão do registo comercial, ou o código de acesso à certidão permanente**, ou cópia da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos, no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial;
- f) No caso de se tratar de empresas sem sede e direção efetiva em Portugal, o adjudicatário deve apresentar, ainda, o respetivo comprovativo de inscrição em lista oficial de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar, nos termos do n.º 3, do artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017, de 14.12.

33.2. Também juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica ainda o adjudicatário de cada Lote para que, no mesmo prazo máximo de 10 (dez) dias úteis:

- a) Preste caução, nos termos dos n.ºs 38 e 39;
- b) Confirme, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
- c) Se pronuncie sobre a minuta do contrato;

33.3. No caso de a adjudicação recair sobre uma proposta apresentada por Agrupamento:

- a. Confirme a modalidade jurídica de constituição a adotar, de acordo com os requisitos fixados nas peças do procedimento e os termos da proposta adjudicada;
- b. Todos os seus membros têm de apresentar os documentos de habilitação que lhes são aplicáveis, de acordo com o disposto no artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14.12²;
- c. No caso de Agrupamento Complementar de Empresas (ACE):
 - i. Cópia certificada do contrato de constituição do Agrupamento Complementar de Empresas, do qual deve constar, nomeadamente indicação dos administradores e respetivos poderes de representação, e demais elementos previstos na Lei n.º 4/73, de 4 de junho e no Decreto-

² Nomeadamente os documentos previstos no n.º1 do artigo 81.º do CCP e no n.º8 do presente convite, caso aplicável.

Lei n.º 430/73, de 25 de agosto, ambos com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 36/2000, de 14 de março;

- ii. Cópia da inscrição do Agrupamento Complementar de Empresas no Registo Comercial e respetiva publicação ou a indicação dos códigos de acesso.

d. No caso de Consórcio Externo:

- i. Cópia do contrato de constituição da modalidade jurídica de consórcio externo, do qual constem os elementos previstos no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28.07, nomeadamente, a indicação dos membros do consórcio, o chefe de consórcio, das obrigações do chefe de consórcio, dos deveres dos membros do consórcio e a responsabilidade conjunta das partes;
- ii. Cópia da procuração com as funções externas do chefe de consórcio, devendo ser-lhe conferidos, nos termos do n.º 1, do artigo 14.º do referido Decreto-Lei n.º 231/81, de 28.07, os poderes para este proceder à faturação de todas as prestações executadas no âmbito do contrato, receber quaisquer quantias ao abrigo do contrato, dando a respetiva quitação, bem como poderes para receber todas as notificações e comunicações respeitantes ao contrato, quando aplicável.

e. No caso de Sociedade Anónima:

- i. Cópia certificada do contrato de constituição da Sociedade Anónima, do qual constem os elementos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- ii. Cópia da inscrição da Sociedade Anónima no Registo Comercial e respetiva publicação ou a indicação dos códigos de acesso.

33.4. Quando o adjudicatário for um Agrupamento Concorrente, os documentos previstos na alínea b) a e) do n.º 33.1 do devem ser apresentados por cada um dos seus membros.

33.5. Os prazos referidos nos n.ºs 33.1 e 33.2 poderão ser prorrogados, pelo órgão competente para a decisão de contratar, até ao máximo de 15 dias úteis, podendo esta decisão ser tomada pelo Júri do Concurso, por delegação daquele órgão.

34. Idioma e Modo de apresentação dos documentos de habilitação

34.1. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação através da Plataforma Eletrónica referida no n.º 4.

34.2. Quando os documentos de habilitação se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em sua substituição, indicar à Entidade Adjudicante, o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

34.3. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 34.1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.

34.4. Os documentos apresentados pelo adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o adjudicatário declare aceitar a prevalência sobre os respetivos originais.

34.5. Os documentos de habilitação deverão ser assinados eletronicamente nos termos previstos na Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto.

35. Notificação da apresentação dos documentos de habilitação

35.1. O órgão competente para a decisão de contratar notifica em simultâneo todos os Concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.

35.2. Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário serão disponibilizados para consulta de todos os Concorrentes na plataforma eletrónica utilizada.

36. Não apresentação dos documentos de habilitação

36.1. A adjudicação de cada Lote caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:

- a) No prazo fixado para a sua apresentação;
- b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP;
- c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.

36.2. A adjudicação caduca ainda nos termos dos n.ºs 40 e 43.

36.3. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, nos termos do n.º 36.1, será notificado o adjudicatário, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 (cinco) dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

36.4. Quando as situações previstas no n.º 36.1 se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário será concedido, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

36.5. Nos casos previstos nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente, tendo em conta as indicações dos concorrentes sobre os Lotes pretendidos.

36.6. A entidade responsável pelo procedimento comunica ao Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (IMPIC) a caducidade da adjudicação.

37. Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) – Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto³

37.1. Juntamente com os documentos de habilitação e dentro do mesmo prazo fixado no n.º 33.1, o adjudicatário deverá apresentar documento comprovativo de registo no RCBE⁴, ou o respetivo código de acesso.

37.2. Tendo em atenção o disposto no n.º 1, b) do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP.

37.3. Ao adjudicatário será concedido um prazo de 5 dias para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do CCP.

CAPÍTULO VII - CAUÇÃO

38. Valor da Caução

³ Estão excluídas de apresentação do RCBE as entidades identificadas no artigo 4.º, do Anexo I da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto.*

⁴ O preenchimento da declaração do RCBE é feito através do site <https://justica.gov.pt/servicos/Registo-de-Beneficiario-Efetivo>

A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, é de montante correspondente a 2% da Remuneração Total do contrato.

39. Modo de Prestação da Caução

39.1. No prazo fixado, o adjudicatário de cada Lote deve prestar a caução exigida no presente Programa do Procedimento e comprovar essa situação junto da entidade que preside ao concurso, sob pena de caducidade da adjudicação.

39.2. A caução é prestada por qualquer dos meios admitidos no CCP e quando o for através de garantia bancária, seguro-caução, depósito em títulos ou depósito em dinheiro deverá seguir as minutas respetivas constantes no **Anexo VI** deste Programa do Procedimento (Minutas de Garantia Bancária, de Seguro-Caução, de Guia de Depósito em Dinheiro e de Depósito em Títulos).

39.3. Sem prejuízo da apresentação da caução via plataforma eletrónica, o documento original da caução deve ser entregue na morada indicada no n.º 5.2.

39.4. As despesas com a prestação da caução são integralmente da responsabilidade do adjudicatário.

40. Não prestação da caução

40.1. A adjudicação de cada Lote caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos n.ºs 38 e 39, a caução que lhe seja exigida.

40.2. No caso previsto no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

CAPÍTULO VIII - CONFIRMAÇÃO DE COMPROMISSOS

41. Prazo para a confirmação de compromissos

A pedido devidamente fundamentado do adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar pode prorrogar o prazo fixado no n.º 33.2 para a confirmação dos compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da sua proposta.

42. Não confirmação de compromissos

42.1. A adjudicação caduca se o adjudicatário não confirmar os compromissos no prazo

fixado para o efeito ou até ao termo da respetiva prorrogação.

42.2. No caso previsto no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

CAPÍTULO IX – EVENTUAL NOTIFICAÇÃO ÀS AUTORIDADES DA CONCORRÊNCIA

43. Notificação às Autoridade da Concorrência ou Comissão Europeia

43.1. Cumpridas as obrigações referidas anteriormente, o adjudicatário verifica se tem o dever de notificar a celebração do contrato previamente à Autoridade da Concorrência ou à Comissão Europeia, disso notificando de imediato a Entidade Adjudicante.

43.2. Caso o adjudicatário entenda que tem o dever de notificar a operação à Autoridade da Concorrência ou à Comissão Europeia, deve fazê-lo no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da entrega dos documentos de habilitação, ficando a adjudicação suspensa até comunicação da decisão final da Autoridade competente.

43.3. Caso o adjudicatário tenha o dever de notificação à Autoridade da Concorrência ou à Comissão Europeia e o não faça, fica responsável por todos os danos que causar por esse facto à Entidade Adjudicante.

43.4. Caso a Autoridade da Concorrência ou a Comissão Europeia emita parecer negativo à operação, a adjudicação caduca, podendo a Entidade Adjudicante adjudicar o contrato ao Concorrente posicionado no lugar subsequente.

43.5. Caso a Autoridade da Concorrência ou a Comissão Europeia venha a emitir um parecer favorável, mas condicionado, a Entidade Adjudicante tem o direito de verificar se essas condições de alguma forma inviabilizam a operação na sua ótica do interesse público municipal, podendo, neste caso, determinar a caducidade da adjudicação e revogar a decisão de contratar ou adjudicar ao Concorrente posicionado no lugar subsequente, tendo em conta as indicações dos concorrentes sobre os Lotes pretendidos.

43.6. Sempre que a adjudicação venha a caducar e o contrato seja adjudicado a outro Concorrente, este deve verificar igualmente se tem o dever de notificar a operação à Autoridade da Concorrência ou à Comissão Europeia, aplicando-se este n.º 43.

CAPÍTULO X - MINUTA E CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

44. Aprovação da minuta do contrato

44.1. A minuta do contrato para cada Lote é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar, em simultâneo com a decisão de adjudicação.

44.2. O órgão competente para a decisão de contratar pode excluir expressamente da minuta do contrato os termos ou condições constantes da proposta adjudicada que se reportem a aspetos da execução do contrato não regulados pelo Caderno de Encargos e que não sejam considerados estritamente necessários a essa execução ou sejam considerados desproporcionados.

45. Ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar

45.1. O órgão competente para a decisão de contratar pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado e avaliado mais do que uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas.

45.2. Os ajustamentos referidos no número anterior não podem implicar, em caso algum:

- a) A violação dos parâmetros base fixados no Caderno de Encargos nem a de aspetos da execução do contrato a celebrar, não submetidos à concorrência;
- b) A inclusão de soluções contidas em proposta apresentada por outro Concorrente.

45.3. Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os Concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

46. Notificação da minuta do Contrato

Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário de cada Lote, nos termos do n.º 33.2, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do disposto no artigo anterior.

47. Aceitação da minuta do contrato

A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

48. Reclamação da Minuta do contrato

48.1. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento o facto de resultarem obrigações que contrariem ou não constem dos documentos concursais ou ainda a recusa devidamente fundamentada, pelo adjudicatário, dos ajustamentos propostos.

48.2. O órgão competente para a decisão de contratar, notifica o adjudicatário, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da receção da reclamação, do que houver sido decidido sobre esta, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

48.3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

49. Celebração do contrato

O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário de cada Lote, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato, que deverá sempre ocorrer nos 30 (trinta) dias seguintes à aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação.

50. Não outorga do contrato

A adjudicação caduca nas situações e com os efeitos previstos no artigo 105.º do CCP e no n.ºs 36, 39, 40, 42 e 43 deste Programa do Procedimento.

CAPÍTULO XI - DISPOSIÇÕES FINAIS

51. Notificações e comunicações

As notificações e as comunicações serão efetuadas de acordo com o regime previsto no CCP e na legislação em vigor, designadamente na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

52. Encargos dos Concorrentes

São encargos do Concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta, notificações a entidades externas a que haja lugar e à celebração do contrato.

53. Possibilidade de adoção de ajuste direto ou consulta prévia

Não existe a possibilidade de adoção do ajuste direto ou da consulta prévia, para a repetição de serviços similares aos do objeto do presente contrato, salvo em caso de

atraso na adjudicação do Concurso a lançar no termo dos contratos a celebrar no seguimento do presente procedimento.

54. Assinatura eletrónica

54.1. Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

54.2. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

55. Contagem dos prazos

55.1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os prazos referidos no presente Programa de Procedimento relativos aos procedimentos de formação de contratos contam-se nos termos do disposto no artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo e não lhes é aplicável, em caso algum o disposto no artigo 88.º do mesmo Código, conforme o artigo 470.º CCP.

55.2. Os prazos fixados para a apresentação das propostas são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

56. Legislação aplicável

Em tudo o que seja omissa no presente Programa do Procedimento observar-se-á o disposto no CCP.

ANEXO I

DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

ANEXO II

PASSOS PARA O PREENCHIMENTO DO DEUCP

[a que se refere o n.º 6, do artigo 57.º do CCP, e a alínea a) do n.º 16.1]

1. O "Formulário-tipo" do DEUCP para preenchimento pelo Concorrente pode ser obtido através do seguinte *link*: <https://ec.europa.eu/tools/espd/filter?lang=pt> onde também poderão ser consultadas as respetivas instruções de preenchimento (cuja leitura, sob completa, total e única responsabilidade dos potenciais Concorrentes, não pode ser dispensada), a seguir sucintamente enunciadas.
2. O Concorrente (isto é, "Operador Económico") deverá utilizar o ficheiro do DEUCP previamente preparado pela Entidade Adjudicante, seguindo os passos abaixo indicados:
 - a. Passo 1: Escolher a opção «Sou um operador económico»;
 - b. Passo 2: Escolher a opção «Importar um DEUCP»;
 - c. Passo 3: Para carregar documento: "clique" no botão «Explorar»;
 - d. Passo 4: Escolher o ficheiro preparado pela Entidade Adjudicante designado como «Anexo (...)_pdf», preenchido na Parte I.;
 - e. Passo 5: Indicar a localização da sua empresa e carregar no botão «Seguinte»;
 - f. Passo 6: Efetuado o carregamento do DEUCP disponibilizado, começar o preenchimento;
 - g. Passo 7: Concluído o preenchimento (de acordo com as instruções colocadas no número a seguir), carregar no botão «Visão geral»;
 - h. Passo 8: Verificar os dados preenchidos e, se tudo estiver correto, carregar no botão «Descarregar em», escolhendo a opção formato ".pdf" e guardando o ficheiro no próprio computador para a sua posterior assinatura.
3. O Concorrente/Operador Económico, obrigatoriamente e sob pena de exclusão deve preencher só as seguintes Partes do DEUCP:
 - a. Parte II (Informações sobre o operador económico);
 - b. Parte III (Motivos de exclusão); e
 - c. Parte VI (Declarações finais): Data, Local e Assinatura.

NOTA: Não é necessário o preenchimento do resto da Parte IV e V do DEUCP.
4. O presente anexo não dispensa a leitura da informação disponibilizada oficialmente no site na internet do DEUCP.

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO
[a que se refere a alíneas b) do n.º 16.1]

_____, titular de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽⁵⁾ _____ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de *"Concurso Público para a Celebração de Contrato de Concessão de Utilização Privativa do Domínio Público Municipal para Instalação, Manutenção e Exploração de Publicidade em Mobiliário Urbano, por Lotes"*, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽⁶⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com as especificações técnicas exigidas pelo caderno de encargos e respetivos anexos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

(local, data e assinatura ⁽⁷⁾).

⁽⁵⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

⁽⁶⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

⁽⁷⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO IV
MODELO DE PROPOSTA ECONÓMICA
[a que se referem as alíneas c) dos n.ºs 16.1]

(...) (*denominação, número de identificação fiscal, sede*), neste ato representada por (...), (*identificação do representante legal*), tendo tomado conhecimento do conteúdo do Caderno de Encargos do “Concurso Público para a Celebração de Contrato de Concessão de Utilização Privativa do Domínio Público Municipal para Instalação, Manutenção e Exploração de Publicidade em Mobiliário Urbano, por Lotes”, propõe-se pagar ao Município do Porto, como contrapartida da concessão, para o Lote (...), durante todo o período de vigência do contrato, a importância fixa anual de euros (...) e uma importância fixa total, correspondente a todo o prazo do Contrato, correspondente a euros (...).

Local e data

Assinatura do(s) representante(s) legal(ais)

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INTENÇÃO DE ASSOCIAÇÃO JURÍDICA

[a que se refere a alínea b) do 16.2]

....., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de⁸ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes),

e

....., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de⁹ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes),

e

- (...)

entidades que integram o candidato ao “*Concurso Público para a Celebração de Contrato de Concessão de Utilização Privativa do Domínio Público Municipal para Instalação, Manutenção e Exploração de Publicidade em Mobiliário Urbano, por Lotes*” tendo tomado claro, perfeito e cabal conhecimento dos termos e condições do procedimento declaram, sob compromisso de honra, que:

1. Caso lhes venha a ser adjudicada a concessão, objeto do concurso, se constituirão em (*indicar modalidade jurídica pretendida*) em regime de responsabilidade solidária passiva;
2. Independentemente do que em contrário se dispuser em qualquer momento no instrumento de associação jurídica celebrado entre as entidades que integram o concorrente, todas elas responderão solidariamente pelo bom, perfeito e tempestivo cumprimento das obrigações para elas emergentes do contrato;
3. Qualquer alteração ao regime de responsabilidades das entidades do agrupamento é nula e de nenhum efeito na relação de todas com a entidade adjudicante se não conhecer o prévio acordo escrito desta;
4. Nenhuma das entidades que integram o candidato poderá ceder, total ou parcialmente, a sua posição jurídica no agrupamento, ou renunciar às suas obrigações, pelo que qualquer alteração na composição do mesmo merecerá a prévia autorização da entidade adjudicante.

⁸ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

Direção Municipal de Finanças e Património
Rua do Bolhão, 162 – 6.º
4000-111 Porto
T. +351 222 097 216
F. +351 222 097 296



..... (local), (data), [assinatura¹⁰].

¹⁰ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO VI
MINUTAS DE GARANTIA BANCÁRIA, DE SEGURO-CAUÇÃO, DE GUIA DE
DEPÓSITO EM DINHEIRO E DE DEPÓSITO EM TÍTULOS
[a que se refere o n.º 36.2]

Minuta de Garantia Bancária

O Banco (...), com sede em (...), pessoa coletiva n.º (...), matriculada na Conservatória de Registo Comercial de (...), com o capital social de € (...) euros, presta a favor do Município do Porto, garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de € (...) (... euros), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a (...), assume por força da sua posição de adjudicatária e parte do contrato que com ela o Município do Porto, vai outorgar e que tem por objeto a *Concessão de utilização privativa do domínio público municipal, de instalação e manutenção de mobiliário urbano e de exploração de publicidade, por Lotes*. – Lote (...)

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação do Município do Porto, sem que este tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação, ou com o cumprimento das obrigações que (...), assume com a celebração do respetivo contrato. O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Porto, (...) de (...) de 2020

(assinatura).

Minuta de Seguro-Caução

A Companhia de Seguros (...), com sede em (...), pessoa coletiva n.º (...), matriculada na Conservatória de Registo Comercial de (...), com o capital social de (...) euros, presta a favor do Município do Porto, seguro caução autónomo, à primeira solicitação, no valor de (...) (... euros), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a (...), assume por força da sua posição de adjudicatária e parte do contrato que com ela o Município do Porto, vai outorgar e que tem por objeto a *Concessão de utilização privativa do domínio público municipal, de instalação e manutenção de mobiliário urbano e de exploração de publicidade, por Lotes – Lote (...)*

A Companhia de Seguros obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação do Município do Porto, sem que este tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o cumprimento das obrigações que (...), assume com a celebração do respetivo contrato.

A Companhia de Seguros deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por esta.

O presente seguro caução autónomo não pode em qualquer circunstância ser denunciado, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Porto, (...) de (...) de 2020

(assinatura).

Minuta de Guia de Depósito em Dinheiro
[n.º 2 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos]

EUROS.: (...) €

(...) (identificação completa do adjudicatário), residente ou com sede em (...) deposita na (...) (sede, filial, agência ou delegação) do (...) (designação social da instituição de crédito) a quantia de (...) (também por extenso) em dinheiro, como depósito, correspondente a 2 % do preço contratual, exigido pela sua qualidade de adjudicatário do contrato que tem por objeto a *Concessão de utilização privativa do domínio público municipal, de instalação e manutenção de mobiliário urbano e de exploração de publicidade, por Lotes – Lote (...)*

Este depósito fica à ordem do Município do Porto, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Porto, (...) de (...) de 2020

(assinatura).

Minuta de Depósito em Títulos
[n.º 2 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos]

(...) (identificação completa do adjudicatário), residente ou com sede em (...) deposita na (...) (sede, filial, agência ou delegação) do (...) (designação social da instituição de crédito) a quantia de (...) (também por extenso) em títulos, como depósito, avaliados em EUROS.: (...) €, correspondente a 2 % do preço contratual, exigido pela sua qualidade de adjudicatário do contrato que tem por objeto a *Concessão de utilização privativa do domínio público municipal, de instalação e manutenção de mobiliário urbano e de exploração de publicidade, por Lotes. – Lote (...)*

Este depósito fica à ordem do Município do Porto, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Porto, (...) de (...) de 2020

(assinatura).

MUNICIPIO DO PORTO

CONCESSÃO DE UTILIZAÇÃO PRIVATIVA DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DE PUBLICIDADE EM MOBILIÁRIO URBANO, POR LOTES

(Procedimento n.º CPI//2020/DMC)

CADERNO DE ENCARGOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir nos contratos a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, por Lotes, que tem por objeto a Concessão da utilização privativa do domínio público do Município do Porto para instalação, manutenção e exploração de publicidade em mobiliário urbano.
2. A Concessão inclui a disponibilização de faces do mobiliário urbano ou de tempo de difusão nos mesmos, para divulgação de Informação Institucional, com serviço de instalação e de substituição de cartazes.

Cláusula 2.ª

Definições

Para efeitos do presente Caderno de Encargos, incluindo os seus Anexos, os termos e siglas abaixo indicados terão o significado que a seguir lhes é apontado, salvo se do contexto resultar sentido diferente:

Abrigo: Peça de mobiliário urbano com iluminação utilizada para proteger os cidadãos dos agentes climáticos enquanto aguardam nas paragens de transportes públicos;

Área Concessionada: a área das parcelas objeto do Contrato de Concessão e que integra o domínio público afeto à administração do Município do Porto, conforme delimitação constante do **Anexo I**;

CCP: Código dos Contratos públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação atual;

Concedente: O Município do Porto;

Cocontratantes: As entidades a quem são concessionadas a utilização privativa de parcelas do domínio público do Município do Porto para instalação, manutenção e exploração de publicidade em mobiliário urbano;

Contrato de Concessão (ou Contrato): Os contratos assinados pelo Município do Porto e pelas Cocontratantes, através do qual estas assumem, para cada Lote, o compromisso de instalação, manutenção e exploração de publicidade em mobiliário urbano, o qual integrará os elementos e/ou documentos referidos neste Caderno de

Encargos;

Coeficiente de atualização de rendas não habitacionais: o coeficiente de atualização de rendas não habitacionais constante do aviso publicado anualmente no Diário da República pelo Instituto Nacional de Estatística, nos termos do artigo 26.º da Lei n.º 6/2006, de 4 de fevereiro;

Gestor do Contrato do Município: Colaborador do Município do Porto nomeado para acompanhar permanentemente a execução do Contrato ou pessoa contratada pelo Município do Porto para o efeito;

Mobiliário urbano: Coisas instaladas, projetadas ou apoiadas no espaço público, destinadas a uso público, que prestam um serviço coletivo ou que complementam uma atividade, podendo deter ainda espaços publicitários;

MUPI: Tipo de suporte publicitário biface, estático, que pode estar dotado de iluminação interior, com portas de vidro ou acrílico e fixo ao pavimento por um prumo central ou lateral. Apresenta por vezes uma estrutura dinâmica que permite a rotação das mensagens publicitárias. Pode incorporar painéis digitais de publicidade em substituição da afixação de cartazes publicitários;

MUPI sobreelevado: Tipo de suporte biface, fixa a um poste, que pode estar dotada de iluminação interior, concebida para servir de suporte à afixação de cartazes publicitários. Apresenta por vezes uma estrutura dinâmica que permite a rotação dos cartazes;

MUPI CMP: Tipo de suporte publicitário biface, fixo ao pavimento por um prumo central ou lateral. Incorpora painéis digitais;

Outdoor: Tipo de suporte publicitário constituído por uma face, estática, fixo ao pavimento por um ou vários prumos;

Painel: Tipo de suporte publicitário biface, estático ou rotativo, com portas de vidro ou acrílico, fixo ao pavimento por um ou vários prumos;

Informação Institucional: qualquer forma de comunicação realizada pelo Município do Porto ou outra entidade por esta indicada, com o objetivo de promover iniciativas ou de difundir mensagens de interesse público, nomeadamente as relacionadas com os seus fins e atribuições, podendo conter marcas, logotipos, designações comerciais e outros sinais distintivos;

Cláusula 3.ª

Disposições e cláusulas por que se rege a Concessão

1. A Concessão rege-se e é regulamentada:
 - a) Pelas cláusulas do respetivo Contrato de Concessão, incluindo quaisquer alterações que nele sejam introduzidas e o estabelecido em todos os documentos que dele fizerem parte integrante; e
 - b) Pela legislação Portuguesa e europeia em vigor aplicável.
2. As Cocontratantes ficam ainda obrigadas ao pontual cumprimento de todos os regulamentos municipais aplicáveis, nomeadamente as versões atualizadas do:
 - a) Código Regulamentar do Município do Porto, disponível em www.cm-porto.pt; e do
 - b) Regulamento do Plano Diretor Municipal do Porto.
3. Para os efeitos estabelecidos na alínea a) do n.º 1 da presente cláusula, consideram-se como integrados no Contrato:
 - a) o presente Caderno de Encargos, todos os documentos que dele façam parte integrante, bem como os restantes elementos patenteados em concurso;
 - b) o suprimento de erros e omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - c) as propostas das Cocontratantes e todos os documentos nelas contidos.
4. Os diplomas legais e regulamentares a que se refere a alínea b) do n.º 1 e o n.º 2 da presente cláusula serão observados em todas as suas disposições imperativas e naquilo que não estiver previsto no Contrato de Concessão.
5. Para além dos regulamentos e dos documentos normativos referidos neste Caderno de Encargos, ficam as Cocontratantes obrigadas ao pontual cumprimento de todos os demais que se encontrem em vigor e que sejam aplicáveis ou que, por qualquer forma, se relacionem com a execução das prestações a realizar, designadamente as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu ou nacional.
6. O Município do Porto pode, a qualquer momento, exigir das Cocontratantes a comprovação do cumprimento das disposições regulamentares e normativas aplicáveis.
7. As divergências que porventura existam entre os vários documentos que se considerem integrados no Contrato, se não puderem solucionar-se pelos critérios legais de interpretação, resolver-se-ão de acordo com as regras de prevalência

definidas nos nºs 5 e 6 do artigo 96º do CCP.

8. Em caso de contradição ou divergência entre o estabelecido no articulado do Contrato e o estipulado em qualquer dos seus anexos, prevalece a letra e/ou o sentido que se colha do articulado do Contrato.

Cláusula 4.ª

Interpretação

- 1 - Neste Caderno de Encargos, a menos que o respetivo contexto imponha expressamente um sentido diverso:
 - a) As referências a preceitos legais regulamentares ou contratuais serão interpretadas como abrangendo as modificações de que os mesmos sejam objeto, salvo quando essas modificações tenham caráter supletivo;
 - b) As referências a cláusulas, números ou anexos devem interpretar-se como visando as cláusulas, números ou anexos do presente Contrato;
 - c) As referências a este Caderno de Encargos abrangem os respetivos anexos;
 - d) As expressões definidas no singular poderão ser utilizadas no plural, e vice-versa, com a correspondente alteração do respetivo significado;
 - e) As epígrafes das cláusulas do presente Caderno de Encargos são utilizadas por razões de simplificação, não constituindo suporte da interpretação ou integração do mesmo.
- 2 - Caso alguma das cláusulas do presente Caderno de Encargos venha a ser julgada nula ou por qualquer forma inválida, ineficaz ou inexecutável, por uma entidade competente para o efeito, tal nulidade, invalidade, ineficácia ou inexecutabilidade não afetará a validade das restantes cláusulas, comprometendo-se o Município do Porto e as Cocontratantes a acordar, de boa-fé, uma disposição que substitua aquela e que, tanto quanto possível, produza os mesmos efeitos, salvo se os efeitos das referidas cláusulas forem legalmente impossíveis ou proibidos.

Cláusula 5.ª

Esclarecimento de dúvidas na interpretação dos documentos que regem a Concessão

1. As dúvidas que as Cocontratantes tenham na interpretação dos documentos por que se rege a Concessão devem ser submetidas ao Município do Porto antes de se

iniciar a execução das prestações sobre as quais elas recaiam ou que de qualquer forma por elas possam ser afetadas.

2. Caso as dúvidas ocorram somente após o início da execução das prestações a que dizem respeito, devem as Cocontratantes submetê-las imediatamente ao Município do Porto, justificando os motivos da sua não apresentação antes do início daquela execução.
3. A falta de cumprimento do disposto nos números anteriores torna as Cocontratantes responsáveis por todas as consequências da errada interpretação que porventura hajam feito, ficando, portanto, sujeitas às penalizações previstas na lei e no Caderno de Encargos.

CAPÍTULO II DA CONCESSÃO

Cláusula 6.ª

Lotes

1. As Concessões a atribuir abrangem os seguintes Lotes:
 - a) Lote I – Suportes de pequeno formato: Abrigo; MUPI, MUPI sobrelevado e MUPI CMP;
 - b) Lote II – Suportes de médio formato: Paineis;
 - c) Lote III – Suportes de grande formato (Localização A): Outdoor;
 - d) Lote IV – Suportes de grande formato (Localização B): Outdoor;
2. A quantidade e tipo de equipamentos de mobiliário urbano a instalar, o número de faces e a percentagem de tempo a disponibilizar nos equipamentos para Informação Institucional, é a constante do **Anexo II**.
3. A descrição e as especificações técnicas de cada Lote e tipo de equipamento constam do **Anexo III**.

Cláusula 7.ª

Prazo da concessão

1. O Contrato de Concessão a celebrar, por Lote, tem o seguinte prazo de vigência, a contar da data nele aposta, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato:

- a) Lotes I e II – prazo de vigência de 15 anos;
 - b) Lotes III e IV – prazo de vigência de 5 anos.
2. O direito de utilização privativa caduca, impreterivelmente, decorrido o prazo estabelecido no número anterior, sem prejuízo do disposto na lei em matéria de possibilidade de prorrogação da concessão, caso tal venha a ser acordado entre as partes.
3. As parcelas consideram-se entregues na data de outorga do Contrato detendo as Cocontratantes, desde esta data, o direito de utilização privativa das mesmas para efeitos de elaboração do Plano de Instalação a aprovar pelo Município do Porto e início da realização das obras de instalação dos equipamentos de mobiliário urbano.

Cláusula 8.ª

Localização das parcelas

1. A localização das parcelas a integrar em cada Lote a concessionar consta da planta que integra o **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos.
2. Independentemente da quantidade e da completude das informações fornecidas pelo Município do Porto às Cocontratantes, estas devem inteirar-se, previamente ao início da Concessão e no seu decurso, das condições das parcelas que integram a Concessão.
3. O Município do Porto não se responsabiliza por quaisquer danos que as Cocontratantes possam vir a sofrer e/ou quaisquer despesas em que estas venham a incorrer por falta ou pela inexatidão de informações relativas às condições locais das parcelas.

Cláusula 9.ª

Exclusividade

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o Município do Porto atribui à Cocontratante do Lote I o exclusivo para os formatos MUPI em toda a área do Município e às Cocontratantes dos Lotes II, III e IV o exclusivo da exploração publicitária, do mesmo tipo, num raio de 100 metros em redor de cada parcela concessionada, como identificado no **Anexo I**.
2. Excluem-se do disposto no n.º 1 as seguintes situações:
 - a) mobiliário urbano e suportes publicitários instalados ao abrigo de contratos celebrados pelo Município do Porto ou por Empresas Municipais por si

promovidos ou patrocinados, com a finalidade do financiamento e/ou da divulgação ou realização de eventos públicos municipais, de equipamentos públicos ou de obras municipais;

- b) suportes publicitários instalados em prédios privados com título válido para a execução de obras de edificação;
- c) suportes publicitários instalados em prédios privados ao abrigo do licenciamento zero;
- d) suportes publicitários instalados em instalações desportivas e outros equipamentos de uso público;
- e) publicidade móvel e campanhas publicitárias de rua;
- f) suportes publicitários destinados à propaganda política e eleitoral;
- g) mobiliário urbano e suportes publicitários para comunicação institucional do Município do Porto;
- h) suportes publicitários apostos nas instalações ou no material circulante da Metro do Porto e da Infraestruturas de Portugal;
- i) suportes publicitários e publicidade já licenciada à data da outorga dos Contratos, enquanto mantiverem a sua vigência.

Cláusula 10.ª

Destino das parcelas

As parcelas identificadas no **Anexo I** destinam-se à instalação de mobiliário urbano e à sua manutenção e exploração publicitária pelas Cocontratantes, não lhes podendo ser dado outro uso sem prévia autorização do Município do Porto.

Cláusula 11.ª

Propriedade e posse do mobiliário urbano

As Cocontratantes são proprietárias de todo o equipamento por si colocado no âmbito da Concessão.

Cláusula 12.ª

Bens Afetos à Concessão

1. Sem prejuízo do estabelecido na lei e independentemente de terem ou não sido inventariados no âmbito do descrito na presente cláusula, ficam afetos à Concessão os seguintes bens, nela se integrando para os devidos e legais efeitos:

- a) Todos os equipamentos, bem como quaisquer outros bens afetos à exploração e gestão das prestações contratuais concessionadas;
 - b) Todos os direitos de propriedade intelectual e industrial de que as Cocontratantes sejam titulares e que estejam afetos à Concessão.
2. O mobiliário urbano a instalar e a manter pelas Cocontratantes será objeto de inventário a elaborar pelas Cocontratantes, após a outorga do Contrato e instalação dos equipamentos, onde conste a totalidade do património afeto à respetiva Concessão, bem como o seu valor, que deve ser mantido trimestralmente atualizado, a constar de listagem assinada pelas partes.
 3. O inventário referido no número anterior deve ser disponibilizado ao Município do Porto, no âmbito do Relatório Trimestral de Exploração, devendo incluir a avaliação da aptidão de cada bem para desempenhar a função que lhe assiste na Concessão, bem como as respetivas condições de conservação e funcionamento.
 4. O valor a que se refere o n.º 2 corresponderá ao valor líquido contabilístico de cada equipamento, de acordo com as taxas de depreciação legalmente estabelecidas
 5. Sempre que num Relatório Trimestral de Exploração aprovado pelo Município do Porto sejam mencionados bens dados como inaptos de forma irreversível, caberá às Cocontratantes proceder ao seu abate, venda e/ou diligências para tratamento do(s) resíduo(s), no estreito respeito pela legislação ambiental aplicável ao bem em causa.
 6. As Cocontratantes assumirão os custos e ficarão com as receitas que resultem dos procedimentos referidos no número anterior.

Cláusula 13.ª

Plano de instalação

1. A instalação do mobiliário será executada nos termos do Plano de Instalação a elaborar pelos Cocontratantes nos termos dos números seguintes, nos locais constantes do **Anexo I** ou, excecionalmente, em locais alternativos previamente requeridos e aprovados pelo Município do Porto.
2. Os Cocontratantes obrigam-se a entregar ao Município do Porto, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da outorga do Contrato, o Plano de Instalação, contendo o cronograma de instalação e o design e características do mobiliário a instalar, para aprovação expressa do Município do Porto, bem como o dia semanal de colocação de conteúdos informativos do Município.

3. A instalação das peças de mobiliário urbano só pode iniciar-se após a aprovação do Plano de Instalação e respetivo cronograma pelo Município do Porto.
4. As peças de mobiliário urbano a instalar devem respeitar os requisitos técnicos e funcionais descritos no **Anexo III** ao presente Caderno de Encargos.
5. As peças de mobiliário urbano a instalar devem apresentar um design que inclua simbologia alusiva à cidade do Porto e com características diferenciadoras, devendo ser elementos de valorização do espaço público.

Cláusula 14.ª

Ocupação de áreas circundantes

As Cocontratantes podem ocupar áreas de domínio público de uso comum circundantes às parcelas a conceder, para os fins da instalação ou de realização de ações de manutenção apropriados, nos horários e locais concretos autorizados para o efeito, devendo comunicar ao Município do Porto a sua utilização com 48h mínimas de antecedência.

Cláusula 15.ª

Prazos para instalação

1. A instalação do mobiliário urbano deve iniciar-se no prazo máximo de um mês após a aprovação pelo Município do Porto do Plano de Instalação e terminar até 6 meses após o início dos trabalhos de instalação, no prazo máximo de 9 meses desde a data da outorga do Contrato.
2. Os prazos referidos no n.º anterior poderão ser alterados pelo Município do Porto devido a constrangimentos resultantes de obras em curso ou possíveis adaptações em face dessas obras.
3. As Cocontratantes devem enviar ao Município do Porto, até ao penúltimo dia útil da semana, o plano de trabalhos da semana seguinte.
4. As Cocontratantes de cada um dos Lotes obrigam-se a entregar ao Município do Porto de uma só vez, as fichas técnicas respeitantes a cada um dos equipamentos.

Cláusula 16.ª

Aceitação da instalação do mobiliário urbano

1. Depois de instaladas as peças de mobiliário urbano, os Cocontratantes notificam o Município do Porto para efeitos de aceitação da instalação.

2. Constituem motivos de não-aceitação:
 - a) A instalação de um número de peças diferente do aprovado pelo Município do Porto e do previsto no presente Caderno de Encargos;
 - b) A não conformidade com o design aprovado;
 - c) A não observância dos locais de instalação aprovados;
 - d) O não cumprimento de normas legais, regulamentares ou disposições contratuais aplicáveis.
3. As peças relativamente às quais se verifiquem causas de não-aceitação devem ser imediatamente retiradas, obrigando-se as Cocontratantes a proceder a nova instalação no prazo máximo de 10 (dez) dias, para efeito da respetiva aceitação, aplicando-se o disposto nos n.ºs 1 a 2 da presente cláusula.
4. As Cocontratantes podem iniciar a exploração publicitária das peças que sejam aceites nos termos dos números anteriores.
5. A aceitação expressa ou tácita da instalação de uma peça, não obstante o incumprimento de qualquer obrigação relativa à sua instalação que não tenha sido previamente detetado, não prejudica o direito do Município do Porto de exigir a reparação desse incumprimento em prazo adequado para o efeito.

Cláusula 17.ª.

Requisitos da instalação

1. Sem prejuízo das especificações técnicas dos Lotes previstas no **Anexo III**, na instalação do mobiliário urbano as Cocontratantes obrigam-se a cumprir a legislação e os regulamentos aplicáveis em matéria do regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, na sua redação atual.
2. As obras de reposição de pavimentos decorrentes da instalação ou alteração da localização de mobiliário urbano são da responsabilidade das Cocontratantes e devem ser executadas em conformidade com as normas técnicas elaboradas e aprovadas pelo Município do Porto.
3. As obras de infraestruturação elétrica, incluindo ramais, são da exclusiva responsabilidade técnica e financeira das Cocontratantes que devem solicitar a execução dos ramais junto das entidades competentes e assegurar as contagens e pagamento da despesa com a energia.

4. A instalação e todos os trabalhos inerentes ao fornecimento de energia serão de responsabilidade das Cocontratantes, bem como a certificação das instalações elétricas dos equipamentos e a aceitação do ramal por parte da entidade fornecedora.
5. A avaliação da conformidade do equipamento elétrico pela entidade competente é enviada ao Município do Porto antes da ligação do equipamento.
6. Os danos provocados em outras infraestruturas existentes com obras de instalação ou alteração da localização do mobiliário urbano são da responsabilidade das Cocontratantes.
7. As Cocontratantes obrigam-se a obter as licenças e autorizações necessárias à execução das obras referidas nos números anteriores.

Cláusula 18.ª

Manutenção preventiva das peças de mobiliário urbano

1. A manutenção preventiva deve ser garantida com a regularidade adequada ao local e à estação do ano de forma a assegurar ~~a~~ que o mobiliário urbano esteja sempre limpo, em bom estado de conservação (pintado/tratado) e em perfeitas condições de utilização.
2. Os trabalhos de manutenção preventiva do mobiliário objeto dos Contratos devem ser realizados nos horários de menor impacto sobre a circulação viária e pedonal, entre as 18H00 e as 8H00.
3. Sempre que o Município do Porto detete qualquer inconformidade comunicará às Cocontratantes, sendo a manutenção realizada até 2 (dois) dias úteis a seguir à comunicação, iniciando-se no dia do recebimento da mesma a contagem do prazo.
4. A limpeza inclui-se na manutenção preventiva e inclui limpeza de paredes, tetos, remoção de graffiti e retirada de resíduos incluindo do pavimento na área de projeção do mobiliário.
5. A deteção de mais de 3 (três) inconformidades pode levar à aplicação de uma sanção pecuniária.

Cláusula 19.ª

Manutenção corretiva das peças de mobiliário urbano

1. A manutenção corretiva, decorrente de acidentes, intempéries, vandalismo, avaria mecânica, elétrica ou outra aqui não prevista, deve ser realizada até 2 (dois) dias úteis após o seu conhecimento pela Cocontratante, e inclui a substituição integral do

- equipamento, designadamente em caso de destruição, ou de qualquer uma das suas componentes.
2. Os riscos para a saúde e segurança de utilizadores e terceiros devem ser eliminados imediatamente após a sua comunicação.
 3. Constituem encargos das Cocontratantes as obras e reparações necessárias ao cumprimento do n.º 1, necessitando de aprovação prévia do Município do Porto as que alterem o estado das parcelas ou dos equipamentos nelas instalados.
 4. O Município do Porto pode mandar efetuar as referidas obras e reparações no caso de as Cocontratantes não as efetuarem depois de advertidas para o efeito, sendo os custos debitados às Cocontratantes, sem prejuízo de outras sanções.
 5. Os trabalhos referidos no número anterior poderão implicar a interrupção, para a sua realização, da atividade das Cocontratantes, não lhes assistindo por tal facto qualquer direito de indemnização.
 6. O Município do Porto procurará concertar com as Cocontratantes, se possível, a melhor altura para realizar os trabalhos, notificando-as previamente da data e hora prevista para o início dos mesmos.
 7. A deteção de necessidades de manutenção corretiva pode ser feita pelas próprias Cocontratantes, pelo Município do Porto, pelas forças de segurança ou por Municípes.
 8. Se a deteção for efetuada pelos três últimos, deve a mesma ser comunicada, diretamente às Cocontratantes, através do número de telefone disponibilizado no equipamento, ou de correio eletrónico, iniciando-se nesse dia a contagem do prazo previsto no n.º 1.
 9. A deteção de mais de 3 (três) incumprimentos pode levar à aplicação de uma sanção pecuniária.

Cláusula 20.ª

Relatórios

1. Trimestralmente, até ao 3.º dia útil, as Cocontratantes devem remeter ao Município do Porto um Relatório de Exploração o qual inclua obrigatoriamente, pelo menos, o Inventário dos Bens Afetos à Concessão, nos termos da Cláusula 12.ª e uma listagem pormenorizada das manutenções preventivas e corretivas realizadas no trimestre anterior.

2. O primeiro Relatório deverá abranger o período que medeia entre a data de início de instalação das peças de mobiliário urbano e o final do trimestre mais próximo.
3. O último Relatório trimestral deverá abranger o início do trimestre a que diz respeito, até à data final do Contrato.
4. Os Relatórios referidos nos números anteriores ficam sujeitos à apreciação do Município do Porto que os aprovará ou retificará no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da sua receção considerando-se aceites se não houver qualquer pronúncia em contrário até ao final desse prazo.
5. Caso existam correções/alterações a efetuar, serão estas da responsabilidade das Cocontratantes, bem como todos os encargos que advenham dessa situação.
6. As Cocontratantes dispõem de um prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar de comunicação efetuada pelo Município do Porto, para efetuar as correções/alterações que esta considere necessárias.
7. Todos os documentos, nomeadamente as faturas e os relatórios devem ser entregues, em suporte digital (Excel e Pdf.), para o endereço eletrónico do gestor de contrato nomeado pelo Município do Porto para o efeito.
8. Excecionalmente, os documentos anteriormente referidos poderão ser entregues em suporte físico, devendo para o efeito ser impressos em papel reciclado, privilegiando-se a utilização da opção de impressão frente e verso dos mesmos, no âmbito da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2016, de 29 de julho, que visa assegurar a inclusão de critérios de sustentabilidade em todos os contratos públicos de aquisição de bens e serviços.

Cláusula 21.ª

Patentes e Propriedade Intelectual

1. São da responsabilidade das Cocontratantes quaisquer encargos decorrentes da utilização de direitos de propriedade intelectual, para efeitos de cumprimento do Contrato, nomeadamente de marcas registadas, patentes registadas, licenças ou outros direitos de propriedade intelectual ou industrial.
2. As Cocontratantes indemnizarão integralmente o Município do Porto por quaisquer despesas ou danos, diretos ou indiretos, que derivem da utilização de materiais ou equipamentos que não cumpram o disposto no número anterior, e que por via desse facto causem danos a terceiros, antes ou após o término do Contrato de Concessão.

Cláusula 22.ª

Responsabilidade pela Concessão

1. As Cocontratantes são as únicas e exclusivamente responsáveis pela correta exploração e gestão da respetiva Concessão, bem como pela execução e pelo cumprimento dos trabalhos a incluir na concessão, ainda que recorram a outras empresas, subcontratados ou tarefeiros, nos termos previstos nos números seguintes.
2. As Cocontratantes podem recorrer à utilização de subcontratados ou tarefeiros para a realização dos trabalhos incluídos na Concessão nos termos do presente Caderno de Encargos, sem que tal implique a diminuição da sua responsabilidade, designadamente, pelo cumprimento defeituoso ou por qualquer incumprimento, parcial ou total, das obrigações por si assumidas no âmbito da Concessão.
3. Sempre que as Cocontratantes sofram atrasos ou impedimentos na execução de quaisquer trabalhos no âmbito da Concessão, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deverão, no prazo de 24 horas, a contar do momento em que tomem conhecimento da ocorrência, informar por escrito o Município do Porto desse facto, tomando todas as diligências para obviar ao atraso ou impedimento.

Cláusula 23.ª

Responsabilidade civil das Cocontratantes

1. As Cocontratantes respondem, pela culpa ou pelo risco, nos termos da lei geral, por quaisquer danos causados no exercício das atividades que constituem o objeto da respetiva Concessão.
2. As Cocontratantes são responsáveis, perante terceiros, pelos prejuízos direta ou indiretamente causados pelos serviços concessionados, incluindo danos materiais e morais, continuados ou não, e lucros cessantes.
3. As Cocontratantes respondem também, nos termos em que o comitente responde pelos atos do comissário, pelos prejuízos causados por terceiros contratados no âmbito dos trabalhos compreendidos na Concessão.

CAPÍTULO III

OBRIGAÇÕES DAS COCONTRATANTES

Cláusula 24.ª

Informação institucional

1. O número de faces e de percentagem de tempo no mobiliário urbano instalado que deverão ser disponibilizadas ao Município do Porto pelas Cocontratantes ao longo do Contrato, para informação institucional, são as constantes do Anexo II.
2. Para efeito do disposto no número anterior, o Município do Porto entrega às Cocontratantes os conteúdos de informação institucional, já devidamente produzidos, com a antecedência mínima de 48 horas, relativamente ao dia semanal de colocação de conteúdos que tenha sido previamente comunicado pelas Cocontratantes ao Município do Porto aquando da entrega do Plano de Instalação.

Cláusula 25.ª

Obrigações adicionais

1. Deve haver lugar a uma articulação entre as Cocontratantes e o Município do Porto no âmbito da exploração da Concessão, devendo os representantes de ambas reunirem-se, sempre que necessário, de forma a garantir a eficaz gestão da Concessão.
2. Compete às Cocontratantes elaborar ata das reuniões mencionadas no número anterior a apresentar nos 3 (três) dias úteis subsequentes, que o Município do Porto aprovará ou retificará no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis.
3. Sempre que as Cocontratantes se oponham à retificação prevista no número anterior, devem apresentar, nos 3 (três) dias úteis subsequentes, sob pena de se considerar aceite a retificação, reclamação em que especifique a natureza dos vícios, erros ou faltas relativas às propostas de alteração do Município do Porto.
4. As Cocontratantes serão obrigadas a fornecer ao Município do Porto os contactos permanentes do Diretor Técnico da Concessão, de forma a ser possível alertá-lo sempre que haja a necessidade de efetuar trabalhos com urgência e para que estes disponibilizem, em tempo útil, os equipamentos, viaturas e o pessoal necessário à resolução de problemas surgidos.

Cláusula 26.ª

Licenças e Autorizações administrativas

1. A Concessão não dispensa as Cocontratantes do cumprimento das obrigações prescritas na lei para a execução de quaisquer obras e para o exercício da atividade

prosseguida, designadamente a obtenção de licenças e autorizações administrativas necessárias.

2. As Cocontratantes obrigam-se a remeter ao Município do Porto cópias de todas as licenças e autorizações emitidas, referidas no número anterior, quando interpeladas para o efeito.
3. O acesso às parcelas será disponibilizado pelas Cocontratantes aos funcionários do Município do Porto e de outros organismos oficiais quando a elas se deslocarem em serviço de fiscalização.
4. Quaisquer obras que se tornem necessárias efetuar nas parcelas, só poderão ser executadas depois de previamente apreciadas e autorizadas pelo Município do Porto, sendo efetuadas pelas Cocontratantes e a suas expensas e devendo as Cocontratantes observar o disposto no Caderno de Encargos.
5. O início da exploração publicitária pelas Cocontratantes só poderá ocorrer após a aceitação da instalação por parte do Município do Porto e uma vez emitidas as licenças ou autorizações administrativas exigidas para o exercício da respetiva atividade.

Cláusula 27.ª

Outras Condições

1. Sem prejuízo do disposto na cláusula 14.ª, não é permitida a ocupação, pelas Cocontratantes, de áreas contíguas às parcelas atribuídas, salvo em condições pontuais previamente requeridas e aprovadas pelo Município do Porto.
2. Poderá ser permitida a utilização do espaço das parcelas atribuídas e do equipamento por terceiros, em condições a acordar pelas partes.
3. As Cocontratantes obrigam-se a seguir as recomendações de excelência da sua atividade, procurando obter certificações correspondentes, respeitando as suas obrigações legais, nomeadamente laborais, fiscais, de segurança social, de direito dos consumidores, de ambiente, de urbanismo, de saúde ocupacional e de segurança, para o que tomará todas as medidas necessárias à manutenção de condições de segurança ótimas tanto para o seu pessoal e fornecedores como para os seus clientes e público em geral, tanto em período de obras, como durante a sua utilização e exploração.
4. As Cocontratantes devem, em cada momento, tomar as medidas, fomentar entre os seus empregados e clientes e pôr em prática todas as ações que, em geral,

contribuam para minimizar os impactos ambientais gerados pelo funcionamento da sua exploração, nomeadamente promovendo uma eficiente gestão do consumo de energia, procurando assegurar uma boa condição ambiental, e tendo em especial conta a eventual natureza reciclável dos resíduos e a utilização preferencial de equipamentos eco-eficientes.

Cláusula 28.ª

Defesa do Domínio Público

Enquanto as parcelas do domínio público municipal se encontrarem na posse das Cocontratantes, incumbe-lhes a obrigação de tomar todas as medidas consideradas necessárias para assegurar a sua defesa, obrigando-se a comunicar, de imediato, ao Município do Porto, qualquer facto que possa pôr em causa esse domínio e abstendo-se elas próprias de onerar, alienar ou por qualquer forma pôr em causa o mesmo, sem prejuízo do disposto no n.º 2 da cláusula anterior.

Cláusula 29.ª

Seguros

1. As Cocontratantes obrigam-se a manter em vigor, durante todo o prazo de vigência do Contrato, as apólices de seguro necessárias para garantir uma efetiva e compreensiva cobertura dos riscos da Concessão, designadamente que cubram eventuais danos sofridos por pessoas e bens em decorrência da instalação ou desinstalação das peças de mobiliário urbano no âmbito do Contrato, bem como de qualquer defeito, avaria ou evento fortuito nelas verificado, de valor correspondente, no mínimo, a 10% do valor do Contrato, relativamente a cada Lote.
2. As Cocontratantes cumprem o disposto no número anterior apresentando, pelo menos, as seguintes apólices:
 - a) Apólice de seguro de responsabilidade civil relativo aos riscos próprios do exercício da sua atividade, que inclua a cobertura de danos materiais e pessoais a terceiros, com o capital mínimo exigido por lei; e
 - b) Apólice de seguro que cubra o valor dos equipamentos afetos ou a afetar, contra qualquer tipo de acidente e dano pelo seu valor real.
3. Os seguros referidos no número anterior devem vigorar desde a data de início da Concessão até ao seu termo, obrigando-se as Cocontratantes a apresentar ao Município do Porto, anualmente, cópias das apólices válidas e devidamente

atualizadas de acordo com a atualização do número de equipamentos afetos à Concessão e o respetivo recibo de pagamento.

4. Os encargos referentes a todos os seguros, bem como qualquer dedução efetuada pela Companhia Seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável, serão exclusivamente da responsabilidade das Cocontratantes.
5. A existência dos seguros indicados nos números anteriores, bem como de outros obrigatórios por lei, não exime as Cocontratantes da sua obrigação de indemnizar pelos prejuízos não cobertos por estes, referentes a sinistros por que seja responsável.

CAPÍTULO IV

VICISSITUDES DA CONCESSÃO

Cláusula 30.ª

Modificações à Concessão

1. Sem prejuízo do disposto neste Caderno de Encargos, o Contrato poderá ser modificado, por acordo entre as partes, nomeadamente no que se refere aos locais e quantidades de equipamentos abrangidos pela Concessão, nos termos previstos no presente Caderno de Encargos.
2. As alterações ao Contrato de Concessão estão sujeitas às obrigações de publicidade impostas pelo CCP e deverão ser reduzidas a escrito.

Cláusula 31.ª

Alteração dos locais de instalação a pedido das Cocontratantes

Durante o prazo de exploração, as Cocontratantes podem propor ao Município do Porto a alteração dos locais de instalação, desde que se mantenha o número de equipamentos anteriormente instalados.

Cláusula 32.ª

Alteração dos locais de instalação pelo Município do Porto

1. O Município do Porto pode determinar a alteração da localização de qualquer das peças de mobiliário urbano instaladas, mediante comunicação dirigida às Cocontratantes com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias relativamente à data em que deva ocorrer a alteração.

2. A faculdade prevista no n.º 1 está limitada, em cada um dos anos do prazo de exploração, à quantidade correspondente a 5% do número de equipamentos de mobiliário urbano de cada tipologia que se encontrarem instaladas no final do ano anterior.
3. O Município do Porto pode ainda determinar às Cocontratantes a retirada de qualquer equipamento de mobiliário urbano sempre que houver necessidade de alteração dos locais de instalação por consequência de alterações ou introdução de normas aplicáveis à ocupação de espaço público.

Cláusula 33.ª

Obras e Ordenamento do Município do Porto

1. O ordenamento da zona onde se inserem as parcelas poderá ser alterado pelo Município do Porto, reservando-se este o direito de (re)definir os usos na área vizinha às parcelas concessionadas.
2. Sempre que, por iniciativa, imposição ou por decisão do Município do Porto, se realizarem obras na área envolvente das parcelas, nomeadamente, intervenções na via pública que afetem significativamente a circulação, automóvel ou pedestre, ou a realização de obras particulares decorrentes de licenças de obras de edificação, o Município do Porto, procurará, previamente à realização de tais obras, consultar as Cocontratantes, de modo a que sejam minimizados os efeitos negativos que estas obras possam vir a provocar na exploração das parcelas e notificará as Cocontratantes, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, da data prevista para o início e a conclusão das obras.
3. Nos casos previstos no n.º anterior o Município do Porto pode determinar a remoção, desinstalação e reinstalação de peças de mobiliário existentes, no mesmo local ou noutro equivalente a acordar entre as partes.
4. Os locais previstos para instalação dos abrigos poderão também ser alterados pelo Município do Porto em face de previsão de obra ou alteração de linhas de transporte público eventualmente aprovados pelo Município do Porto.
5. As Cocontratantes não têm direito a qualquer indemnização ou compensação, designadamente pela eventual diminuição de clientela que tais obras ou ordenamento lhe possam ocasionar, como não lhe podem ser impostos encargos apenas pelo facto da realização das mesmas.

Cláusula 34.ª

Desinstalação ou reinstalação de equipamento

Sempre que ocorra desinstalação ou reinstalação de equipamento, será aberto processo pelo Município do Porto, no momento do pedido, onde se agregam todas as evidências e comunicações relativas a esse equipamento, e que se dará por findo quando os equipamentos estiverem ligados e em uso, e destes haja fotografias no processo, cedidas pelas Cocontratantes.

Cláusula 35.ª

Aumento do número de MUPIs de natureza digital

1. Durante o prazo de exploração, a Cocontratante do Lote I pode propor ao Município do Porto o aumento do número de MUPIs de natureza digital, em substituição dos equipamentos instalados de natureza convencional.
2. A substituição de equipamentos nos termos do número anterior carece de aprovação expressa do Município do Porto.

Cláusula 36.ª

Manutenção evolutiva das peças de mobiliário urbano

1. As Cocontratantes obrigam-se a apresentar ao Município do Porto, no mínimo, até ao final do 1.º mês do 3.º, do 5.º e do 10.º ano de exploração, uma lista com outras tecnologias ou componentes a incorporar nos equipamentos de mobiliário urbano instalados, para aprovação pelo Município do Porto.
2. A lista referida no número anterior deve incluir obrigatoriamente, embora não se limitando a estas, novas tipologias de equipamentos para avaliação pelo Município do Porto, nomeadamente:
 - a) Equipamentos interativos, digitais e tácteis.
 - b) Equipamentos de utilização eficiente de energia (e.g. painéis solares);
 - c) Novas funcionalidades para equipamentos na cidade (e.g. rede de wi-fi, referenciadores GPS, sensores).
3. As novas tecnologias e componentes aprovadas pelo Município do Porto podem ser incorporadas em prazo e condições a acordar pelas partes.
4. Sem prejuízo da lista referida no número 1, as cocontratantes possuem a faculdade de a qualquer momento apresentar ao Município do Porto outras tecnologias ou

componentes a incorporar nos equipamentos, de mobiliário urbano instalados, para aprovação pelo Município do Porto.

Cláusula 37.ª

Outras funcionalidades a pedido do Município do Porto

1. No caso de o Município do Porto ou das suas participadas pretenderem que os equipamentos de mobiliário urbano objeto do Contrato integrem outras funcionalidades, as Cocontratantes ficam obrigadas a proceder à instalação e permitir a respetiva utilização na sua peça de mobiliário, sem direito a qualquer pagamento pelo Município do Porto, desde que essas funcionalidades não prejudiquem a exploração publicitária.
2. O Município do Porto é responsável pela entrega às Cocontratantes do equipamento relacionado com a funcionalidade, assumindo os respetivos custos, sempre que aplicável.
3. A instalação deve ocorrer no prazo definido pelo Município do Porto.

Cláusula 38.ª

Subcontratação

1. No caso de se revelar necessário proceder à subcontratação de terceiros não prevista no Contrato, ou no caso de se verificar a alteração de um terceiro subcontratado indicado no Contrato, as Cocontratantes devem apresentar ao Município do Porto, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, uma proposta fundamentada e instruída com todos os documentos de habilitação comprovativos da verificação dos requisitos exigíveis para o desenvolvimento das atividades objeto do subcontrato, nos termos exigidos às Cocontratantes.
2. No prazo previsto no número anterior, o Município do Porto pode, fundamentadamente, opor-se à subcontratação projetada pelas Cocontratantes, desde que:
 - a) A proposta de subcontratação não se encontre regularmente instruída ou o terceiro subcontratado não cumpra requisitos exigíveis para o desenvolvimento das atividades objeto do subcontrato, nos termos exigidos às Cocontratantes; ou

- b) Haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de cumprimento defeituoso ou incumprimento das obrigações emergentes do Contrato.
3. Os subcontratados das Cocontratantes não podem, por sua vez, subcontratar as prestações objeto do subcontrato.

Cláusula 39.ª

Cessão da posição contratual

1. A cessão da posição contratual das Cocontratantes carece sempre de autorização do Município do Porto.
2. A autorização da cessão da posição contratual prevista no número anterior depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial cessionário exigidos às Cocontratantes nos termos do Programa de Procedimento.
3. Para efeitos da autorização da cessão da posição contratual, as Cocontratantes devem apresentar ao Município do Porto uma proposta fundamentada e instruída com os documentos de habilitação referidos no número anterior, bem como os demais exigidos nos termos do CCP.
4. O Município do Porto deve pronunciar-se sobre a proposta das Cocontratantes no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída.
5. Se decorrido o prazo previsto no número anterior sem que o Município do Porto tenha emitido decisão sobre o pedido formulado, este equivale ao seu indeferimento.

Cláusula 40.ª

Cessão da posição contratual por incumprimento das Cocontratantes

1. Em caso de incumprimento, pelas Cocontratantes, das respetivas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do Contrato, o Município do Porto pode determinar que as Cocontratantes cedam a sua posição contratual ao concorrente graduado no lugar subsequente do presente procedimento pré-contratual, tendo em conta a indicação feita pelo concorrente para cada lote.
2. Para o efeito, o Município do Porto interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo Contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.

3. A execução do Contrato ocorre nas mesmas condições propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual.
4. A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato do Município do Porto, sendo eficaz a partir da data por este indicada.
5. Os direitos e obrigações das Cocontratantes, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.
6. As obrigações assumidas pelas Cocontratantes depois da notificação referida no n.º 4 apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.
7. A caução e as garantias prestadas pelas Cocontratantes são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão.
8. A posição contratual das Cocontratantes nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

Cláusula 41.ª

Transmissão do direito

1. O presente Contrato é celebrado pelo Município do Porto com as Cocontratantes *intuitu personae*, tendo nomeadamente em conta a atividade que se pretende exercer na parcela.
2. As Cocontratantes podem, no entanto, transmitir a titularidade do direito de Concessão, como elemento do estabelecimento comercial em que se integra, desde que, mediante comunicação ao Município do Porto, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, as Cocontratantes e o adquirente comprovem que se mantêm assegurados os requisitos que presidiram à atribuição da Concessão e necessários à sua manutenção.
3. O disposto no número anterior é também aplicável à transmissão de participações sociais que assegurem o domínio das Cocontratantes.
4. O adquirente do título fica sub-rogado em todos os direitos e deveres das Cocontratantes enquanto durar o Contrato de Concessão, sendo a transmissão

averbada no Contrato de Concessão, que para o efeito deverá ser devolvido pelas Cocontratantes ao Município do Porto e por esta remetido ao novo titular.

5. A violação do disposto nos números 2 e 3 desta cláusula importa, nos termos legais, a nulidade do ato de transmissão, sem prejuízo de outras sanções que no caso couberem.
6. O Município do Porto tem o direito de revogar o presente Contrato se, por decisão de qualquer autoridade judicial ou administrativa, um terceiro adquirir qualquer direito sobre o estabelecimento e/ou parcela de domínio público ou sobre qualquer dos elementos integrantes do mesmo, nomeadamente se for ordenada, em relação às Cocontratantes, apreensão dos bens, penhora, arresto, arrolamento ou for requerida a insolvência.

Cláusula 42.ª

Alienação ou oneração da Concessão

1. Sem prejuízo do estabelecido na cláusula anterior, as Cocontratantes não podem ceder, alienar, trespassar, ou por qualquer outra forma transmitir ou onerar, no todo ou em parte, a Concessão ou qualquer dos bens a ela afetos sem autorização expressa do Município do Porto.
2. Os atos praticados em violação do disposto no número anterior são nulos, sem prejuízo de outras sanções que, ao caso, sejam aplicáveis.

CAPÍTULO V

CONTRAPARTIDAS FINANCEIRAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Cláusula 43.ª

Financiamento dos encargos da Concessão

1. O Município do Porto assume a responsabilidade pela remoção dos equipamentos existentes à data da outorga do Contrato.
2. As Cocontratantes assumem o financiamento da totalidade das obras a executar, bem como o da aquisição e instalação de todo o equipamento, publicidade e apetrechamento necessários à adequada exploração do objeto da presente Concessão.
3. O Município do Porto não participará no investimento, nem avalizará o que as Cocontratantes venham a contrair para o efeito.

Cláusula 44.ª

Contrapartidas financeiras

1. Como contrapartida da atribuição das concessões, as Cocontratantes obrigam-se a pagar a **remuneração anual**, constante da proposta adjudicada, ao Município do Porto, acrescida do IVA à taxa legal em vigor as quais **não podem ser inferiores** a:
 - a) **717.455,00€/ano**, no que diz respeito ao Lote I;
 - b) **125.876,00€/ano**, no que diz respeito ao Lote II;
 - c) **118.364,00€/ano**, no que diz respeito ao Lote III;
 - d) **118.364,00€/ano**, no que diz respeito ao Lote IV.
2. Para todos os lotes, as contrapartidas financeiras são pagas nos seguintes termos:
 - a) No primeiro ano, na data de outorga do Contrato;
 - b) Até 31 de Janeiro, nos restantes anos ao longo do prazo da Concessão.
3. No fim de cada ano de vigência do Contrato haverá lugar a atualização da remuneração anual, a qual traduzirá a variação média do Índice de Preços no Consumidor, excluindo habitação, publicado à data da atualização.
4. O pagamento deve ser efetuado por transferência bancária, através do IBAN que vier a ser indicado pelo Município do Porto ou mediante envio de cheque.
5. O Município do Porto dá quitação do valor pago pelas Cocontratantes por via de recibo, no prazo de 8 (oito) dias úteis a contar da data do respetivo pagamento.
6. Na falta de pagamento no prazo definido, ao valor devido serão acrescidos juros, calculados à taxa legal em vigor, sem prejuízo de utilização a caução, de se instaurar o procedimento para cobrança coerciva dos valores em dívida e das demais consequências previstas no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 45.ª

Despesas e taxas a cargo das Cocontratantes

1. As Cocontratantes são responsáveis por todas as despesas do Contrato, designadamente pelas despesas de instalação, manutenção e limpeza das peças de mobiliário urbano, com exceção das referidas no número seguinte.
2. A presente Concessão isenta as Cocontratantes, no que se refere à execução do Contrato, do pagamento de taxas devidas pela publicidade ou ocupação da via pública por via do Código Regulamentar do Município do Porto.

Cláusula 46.ª

Garantia do cumprimento das obrigações

1. Para garantia do cumprimento das obrigações decorrentes da Concessão, as Cocontratantes entregarão ao Município do Porto, na data de outorga do Contrato, uma caução no montante correspondente a 2% da remuneração total do Contrato (correspondente à remuneração anual de cada Lote multiplicada pelos anos de exploração publicitária).
2. Sempre que por virtude da execução da garantia, esta fique reduzida, as Cocontratantes estão obrigadas a reforçá-la até ao valor resultante do n.º 1, atualizado à data em causa, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da notificação que para o efeito o Município do Porto lhe faça.
3. De igual modo devem as Cocontratantes reforçar a garantia sempre que pelo decurso do tempo, a mesma fique reduzida e o Município do Porto as interpele para tal.

Cláusula 47.ª

Execução e liberação da caução

1. A caução prestada para exato e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato pode ser executada pelo Município do Porto, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelas Cocontratantes das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos resultantes do Contrato ou da lei.
2. A resolução do Contrato pelo Município do Porto não impede a execução da caução nos termos da lei ou do Contrato.
3. A execução da caução e o consequente pagamento da dívida das Cocontratantes não prejudica o direito do Município do Porto proceder à rescisão por incumprimento, nos termos do Caderno de Encargos.
4. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total de caução nos termos previstos no n.º 1 constitui as Cocontratantes na obrigação de procederem, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação para o efeito, à sua reposição no valor atualizado à data da execução.

5. O Município do Porto obriga-se a promover a liberação da caução, nos termos do disposto no artigo 295.º do CCP.

CAPÍTULO VI

INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

Cláusula 48.ª

Penalidades

1. Sem prejuízo da obrigação de reposição da situação anterior e do direito de resolução, nos termos do Caderno de Encargos, e de outros direitos atribuídos pela lei, a infração das normas do presente Caderno de Encargos ou de regulamentos do Município do Porto implica o pagamento de sanção pecuniária por parte das Cocontratantes, designadamente, a título exemplificativo:
 - a) Pelo incumprimento da obrigação de entregar o Plano de Instalação no prazo previsto na cláusula 13.ª, 0,1% do preço contratual, consoante o lote, por cada dia de atraso, desde que este atraso seja única e exclusivamente da responsabilidade das cocontratantes;
 - b) Pelo incumprimento dos prazos de instalação das peças de mobiliário urbano previstos na cláusula 15.ª, 0,1% do preço contratual, consoante o lote, por cada dia de atraso, desde que este atraso seja única e exclusivamente da responsabilidade das Cocontratantes;
 - c) Pelo atraso no pagamento da remuneração anual, até 10% da remuneração anual, consoante o Lote em causa;
 - d) Pelo incumprimento de outros prazos referenciados no presente Caderno de Encargos, até 5% da remuneração anual, consoante o Lote, por cada dia de atraso, desde que este atraso seja única e exclusivamente da responsabilidade das Cocontratantes;
 - e) Pela deteção de mais de 3 inconformidades e/ou incumprimentos, até 10% da remuneração anual consoante o Lote em causa;
 - f) Pela ausência de publicidade nos suportes durante um período que exceda 3 (três) meses até 10% da remuneração anual, consoante o Lote em causa;
 - g) Pelo exercício de atividade não autorizada pelo Município do Porto até 5% da remuneração anual, consoante o Lote em causa;
 - h) Pela não entrega da parcela e das instalações, após a extinção do Contrato,

- dentro do prazo estabelecido para o efeito, até 5% da remuneração anual, consoante o Lote em causa;
- i) Pela obstrução à fiscalização por parte dos serviços do Município do Porto até 5% da remuneração anual, consoante o Lote em causa;
 - j) Pela realização de publicidade não autorizada até 5% da remuneração anual, consoante o Lote em causa;
 - k) Pelo incumprimento das obrigações contratuais emergentes da manutenção dos equipamentos até 2% da remuneração anual, consoante o Lote em causa;
 - l) Pela permissão de utilização do espaço por terceiros, em casos que não os previstos neste Caderno de Encargos, incluindo cessão de participação social sem comunicação ao Município do Porto, até 2% da remuneração anual, consoante o Lote em causa;
 - m) Pelo incumprimento da obrigação de respeitar ao longo da execução do Contrato, e apenas no âmbito do referido Contrato, as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional, o Município do Porto pode exigir das Cocontratantes o pagamento de uma sanção pecuniária até 5% da remuneração anual, consoante o Lote em causa;
 - n) Pelo incumprimento de outras obrigações emergentes do Contrato, até 5% da remuneração anual, consoante o Lote em causa.
2. Em caso de resolução do Contrato por incumprimento das Cocontratantes, o valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder os 20% do produto da remuneração anual multiplicado pelo prazo da Concessão, consoante o Lote em causa, nos termos do n.º 2 do artigo 329.º do CCP, salvo se o Município do Porto exercer a prerrogativa prevista no n.º 3, do mesmo artigo, caso em que este limite pode ser elevado para 30%.
3. Ao valor das sanções pecuniárias previstas no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pelas Cocontratantes ao abrigo do n.º 1, relativamente às prestações contratuais cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município do Porto tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa das Cocontratantes e as consequências do incumprimento.
5. O Município do Porto pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do Contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município do Porto exija uma indemnização pelo dano excedente.
7. Em função da gravidade do incumprimento da obrigação prevista na presente cláusula, ou da sua reiteração após instruções transmitidas no exercício do poder de direção por parte do Município do Porto tendente à respetiva observância, e apenas no âmbito do referido Contrato, pode este ser resolvido a título sancionatório, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 333.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 3 desta mesma disposição legal.
8. As sanções são aplicadas pelo Município do Porto, depois de ouvidas as Cocontratantes.
9. As sanções pecuniárias serão pagas em cumulação com a remuneração anual que se vencer imediatamente após a respetiva aplicação, revertendo integralmente para o Município do Porto o respetivo produto.
10. As sanções previstas nesta cláusula poderão ser reduzidas e até anuladas, caso o Município do Porto assim o entenda, no fim do ano civil em que foram aplicadas, sendo o seu montante restituído em singelo, quando se verifique que a situação violada foi imediatamente reposta, as Cocontratantes tenham todas as suas obrigações cumpridas e não se tenham verificado outras violações.
11. Quando o não cumprimento não for exclusivamente imputável às Cocontratantes, o Município do Porto deve, conforme os casos, prorrogar os prazos excedidos ou diminuir ou excluir as sanções pecuniárias aplicáveis.
12. As sanções pecuniárias fixadas no presente artigo não poderão ser cumuladas com coimas que sejam aplicadas pelo Município do Porto às Cocontratantes com fundamento no mesmo facto punível, cabendo ao Município do Porto devolver, em singelo, quaisquer quantias recebidas a título de sanção pecuniária contratual no caso de ser instaurado processo contraordenacional.

Cláusula 49.^a

Resolução e cessação por acordo

1. Sem prejuízo da aplicação de sanções pecuniárias, coimas ou outras sanções bem como da obrigação de ressarcir o Município do Porto por eventuais danos emergentes, lucros cessantes ou prejuízos de qualquer natureza, a que o seu comportamento der eventualmente causa, e do direito de executar as garantias prestadas, o Município do Porto tem o direito de resolver o Contrato, mediante audiência prévia das Cocontratantes e ato fundamentado, em caso de incumprimento grave ou recorrente dos deveres e obrigações resultantes do Contrato, dos regulamentos do Município do Porto ou da legislação aplicável, designadamente, a título exemplificativo:
 - a) o não cumprimento das obrigações previstas na lei ou no Contrato;
 - b) o não pagamento atempado da remuneração por período superior a seis meses seguidos ou interpolados;
 - c) a falta de prestação ou reforço das garantias bancárias nos termos fixados pelo Município do Porto no Contrato;
 - d) a execução de obras relevantes sem aprovação prévia do Município do Porto;
 - e) o não cumprimento da obrigação de reposição determinada pelo Município do Porto de qualquer obra não aprovada;
 - f) a não obtenção das necessárias licenças e autorizações administrativas;
 - g) a ocupação de áreas de domínio público não concessionadas;
 - h) oposição reiterada ao exercício da fiscalização da execução do Contrato ou repetida desobediência às determinações do Município do Porto;
 - i) apresentação à insolvência ou declaração de insolvência das Cocontratantes;
 - j) transmissão ou oneração da Concessão, no todo ou em parte, sem autorização do Município do Porto;
 - k) prestação de indicações ou informações falsas ao Município do Porto;
 - l) prática de atividades fraudulentas que, por qualquer modo, lesem o interesse público;
 - m) a falta de pagamento de quaisquer impostos, taxas ou contribuições;
 - n) a liquidação, dissolução, sujeição a qualquer medida judicial de recuperação de empresa ou a inabilitação judicial ou administrativa do exercício da atividade social;

- o) a condenação por sentença transitada em julgado por qualquer delito que afete a sua honorabilidade profissional.
2. A resolução por incumprimento, nos termos do número anterior, produz efeitos na data da notificação e não confere direito a qualquer indemnização às Cocontratantes, sendo estas responsáveis pelos prejuízos causados.
 3. A não aceitação pelas Cocontratantes do fundamento invocado pelo Município do Porto para o exercício do direito de resolução apenas confere àquelas, o direito de acionar judicialmente o Município do Porto, não podendo alegar direito de retenção, nem impedir ou dificultar os atos que este desenvolva para reassumir a posse das parcelas, no âmbito do seu direito de titular do domínio público.
 4. O Município do Porto pode ainda resolver o Contrato a qualquer momento, mediante audiência prévia das Cocontratantes e ato fundamentado, desde que ocorra motivo de interesse público.
 5. A resolução por motivo de interesse público, referida no número anterior, produz imediatamente efeitos, sem precedência de qualquer formalidade, logo que comunicada por escrito, e confere às Cocontratantes o direito a uma indemnização equivalente ao valor de uma remuneração anual, na proporção ao número de equipamentos instalados na data da resolução.
 6. Podem ainda ambas as partes pôr fim ao presente Contrato mediante acordo escrito.

Cláusula 50.ª

Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades às Cocontratantes, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da outorga do Contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades das Cocontratantes ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelas Cocontratantes de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelas Cocontratantes de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações das Cocontratantes cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos das Cocontratantes não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 51.ª

Devolução da parcela

1. Com o termo do Contrato por qualquer causa, designadamente por acordo, caducidade ou resolução, as Cocontratantes devem proceder à devolução das parcelas livres e desocupadas ao Município do Porto, devendo proceder à remoção dos equipamentos e demais objetos removíveis à exceção do que for adquirido pelo Município do Porto, e repor o pavimento com as características da envolvente, nos termos da cláusula seguinte.
2. Caso as Cocontratantes não cumpram o disposto no número anterior o Município do Porto tem o direito de tomar posse imediata das parcelas, devendo para o efeito notificar desse facto a Cocontratante faltosa.
3. A não remoção dos equipamentos e demais objetos removíveis bem como a não

devolução das parcelas ao Município do Porto, nos termos previstos nos números anteriores consubstancia grave dano para o interesse público por parte das Cocontratantes, sem prejuízo da indemnização devida pela utilização ilícita das parcelas.

Cláusula 52.ª

Desinstalação no termo do prazo

1. Com o termo da Concessão, por qualquer causa, as Cocontratantes obrigam-se a retirar as peças do mobiliário urbano que não tenham sido adquiridas pelo Município do Porto,
2. Para efeitos do disposto no número anterior, as Cocontratantes obrigam-se a apresentar ao Município do Porto, com uma antecedência de 30 (trinta) dias relativamente ao termo do prazo do Contrato ou no prazo de 10 (dez) dias após a notificação da resolução ou da celebração de um acordo de cessação do Contrato, um Plano de Desinstalação faseada do mobiliário urbano, cujo prazo não pode exceder o previsto no Anexo III para cada tipologia de equipamento.
3. O Plano a que se refere o número anterior deve prever a coordenação da desinstalação com a instalação de outro mobiliário urbano por eventual sucessor contratado pelo Município do Porto.
4. Nos locais em que não ocorra substituição de peças, as Cocontratantes obrigam-se a repor o local em causa em condições iguais à do seu entorno.
5. Caso as Cocontratantes não deem cumprimento ao disposto no número anterior, o Município do Porto promove a realização dos trabalhos que sejam necessários à reposição aí referida, correndo os respetivos custos pelas Cocontratantes, podendo ser utilizada a caução no caso de não ocorrer pagamento voluntário e atempado dos montantes debitados pelo Município do Porto.
6. Durante a fase de desinstalação, as Cocontratantes não podem manter a exploração publicitária das peças ainda instaladas, salvo se autorizado pelo Município do Porto nos termos dos regulamentos de publicidade e taxas em vigor a essa data, sendo, nessa medida, aplicáveis com as necessárias adaptações, todas as cláusulas relativas à exploração publicitária.
7. No caso de resolução por interesse público os prazos de remoção dos bens poderão ser encurtados pelo Município do Porto, de acordo com as necessidades.

Cláusula 53.ª

Aceitação da desinstalação

1. Depois de retiradas todas as peças de mobiliário urbano, as Cocontratantes notificam o Município do Porto para efeitos de aceitação da desinstalação.
2. O Município do Porto deve comunicar a aceitação da desinstalação no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da receção da comunicação referida no número anterior, equivalendo o silêncio a aceitação.
3. A aceitação da desinstalação pelo Município do Porto determina o termo da fase de desinstalação e a imediata extinção do Contrato.

Cláusula 54.ª

Prorrogação da fase de desinstalação

1. Caso a desinstalação não esteja concluída até ao termo do prazo referido no n.º 2 da cláusula anterior, a fase de desinstalação pode ser prorrogada pelo Município do Porto por mais 30 (trinta) dias.
2. Caso a desinstalação não se encontre concluída no termo do prazo inicial ou da prorrogação, o Município do Porto pode proceder à desinstalação coerciva dos equipamentos que ainda se encontrem instaladas e a proceder ao seu armazenamento, a expensas das Cocontratantes, ficando, pelo prazo de 30 (trinta) dias, investido na posição de seu fiel depositário, devendo proceder ao arrolamento daqueles bens e notificando do facto as Cocontratantes.
3. No prazo de 30 (trinta) dias referido no número anterior podem as Cocontratantes, mediante o pagamento das despesas e encargos em que o Município do Porto haja incorrido enquanto fiel depositário, designadamente com a remoção dos bens para outro local e com a armazenagem destes, proceder ao seu levantamento.
4. Esgotado o prazo de 30 (trinta) dias, referido no n.º 2, sem que as Cocontratantes procedam ao levantamento dos seus bens nos termos do número anterior, cessa a responsabilidade do Município do Porto relativa aos mesmos bens não lhe sendo exigível a sua guarda ou o cumprimento de quaisquer obrigações que por lei são em geral cometidas ao depositário, sem prejuízo de poder, designadamente, invocar o direito de retenção sobre os mesmos.

Cláusula 55.ª

Opção de compra pelo Município do Porto

1. O Município do Porto reserva-se ao direito de, terminada a vigência da presente Concessão, por qualquer causa, e consoante o Lote, adquirir a totalidade ou parte dos equipamentos de mobiliário urbano instalados que não estejam obsoletos.
2. A aquisição prevista no número anterior será realizada pelo valor de cada equipamento constante do último inventário realizado, previsto na cláusula. 12.ª.
3. Caso o Município do Porto pretenda adquirir a totalidade ou parte das peças de mobiliário urbano, deve comunicar às Cocontratantes essa vontade, com a enumeração dos bens que pretende adquirir, nos 90 dias anteriores à caducidade do Contrato ou com a notificação da resolução.
4. No silêncio do Município do Porto, entende-se que este não pretende a aquisição do mobiliário urbano.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 56.ª

Tolerância

Se o Município do Porto, em qualquer momento, tolerar mora ou infração contratual, deixar de aplicar às Cocontratantes faltosas ou inadimplentes alguma sanção em que tenham incidido, relevar falta praticada ou reduzir multa ou encargo contratual, conceder prazo adicional para o cumprimento de obrigação ou para satisfazer determinação, praticar ou se abster de praticar ato que importe em tolerância de falta ou relevação de sanção, isso não constituirá alteração dos termos e condições contratadas, precedente a ser invocado pelo beneficiário ou por terceiros, constituindo mera tolerância, da qual nenhuma obrigação decorrerá para o Município do Porto.

Cláusula 57.ª

Proteção de dados pessoais

1. As Cocontratantes e o Município do Porto obrigam-se, durante a vigência do Contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, a dar rigoroso cumprimento ao disposto na respetiva legislação aplicável, nomeadamente, ao Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, sem prejuízo das obrigações que possam resultar igualmente para terceiros, nomeadamente, para a

entidade gestora da plataforma eletrónica utilizada pelo Município do Porto e para o IMPIC, IP.

2. Constituem obrigações das Cocontratantes, no que especificamente diz respeito à proteção de dados pessoais:
 - a) Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no Contrato, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios;
 - b) Dar cumprimento às instruções que possam, no âmbito da execução do Contrato, ser emitidas pelo Responsável pelo Tratamento dos dados pessoais do Município do Porto (RT), para tratamento dos dados pessoais;
 - c) Efetuar uma avaliação de impacto que identifique e minimize os riscos em caso de incumprimento das regras de proteção de dados;
 - d) Assegurar a realização de auditorias periódicas às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - e) Efetuar um registo de todas as atividades de tratamento de dados pessoais, efetuados no âmbito do Contrato, que contenha:
 - i. Uma descrição geral das medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir a segurança dos dados pessoais objeto de tratamento, designadamente a capacidade para assegurar a confidencialidade, integridade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - ii. A capacidade de assegurar a disponibilidade e acesso aos dados pessoais de forma rápida, em caso de incidente;
 - iii. O processo de auditoria às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - iv. O nome e contacto do Encarregado de Proteção de Dados.
 - f) Disponibilizar ao Município do Porto todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das regras de proteção de dados;
 - g) Proibição de partilha dos dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa do Município do Porto, ou decorrente de obrigação legal;
 - h) Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do Contrato;

- i) Garantir que pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem, de forma expressa e por escrito, a respeitar a confidencialidade e adotar as medidas de segurança correspondentes;
 - j) Apoiar o Município do Porto na resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos de acesso, retificação, limitação, oposição, apagamento e portabilidade;
3. Cada uma das partes obriga-se a notificar a respetiva contraparte de forma imediata, e em qualquer circunstância antes do prazo de 72 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do presente Contrato.
4. Para o efeito, as Cocontratantes devem anexar toda a informação relevante, designadamente a descrição da natureza da violação de segurança, bem como a descrição das possíveis consequências da mesma e ainda das medidas adotadas ou propostas para por término à violação de segurança ou mitigar possíveis efeitos negativos. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente.
5. Finda a vigência do Contrato, as Cocontratantes têm a obrigação de eliminar/apagar os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, devendo para o efeito enviar um comprovativo para o Gestor do Contrato designado pelo Município do Porto.

Cláusula 58.ª

Comunicações

1. As notificações ou comunicações a efetuar pelo Município do Porto e pelas Cocontratantes entre si, nos termos deste Contrato, da lei ou dos regulamentos aplicáveis, deverão identificar o número de processo e devem ser dirigidas, através de correio eletrónico, nos termos do artigo 468.º do CCP, para os endereços eletrónicos identificados nos respetivos contratos.
2. Qualquer alteração das informações de contacto, constantes dos contratos só se tornarão efetivas após a receção pelas partes da respetiva comunicação escrita nos termos referidos no número anterior.

Cláusula 59.ª

Representantes das Partes e Gestor dos Contratos

1. O Município do Porto designa nos Contratos um Gestor do Contrato, nos termos e com as competências constantes do artigo 290.º-A do CCP.
2. Pela parte das Cocontratantes, estas designam no Contrato, os seus representantes, com poderes para as representar na execução do Contrato.

Cláusula 60.ª

Lei e foro

1. Este Caderno de Encargos está sujeito à lei administrativa portuguesa.
2. Este Caderno de Encargos contém tudo o acordado entre as partes relativamente ao direito de utilização privativa nele previsto, e sendo em tudo o omissivo no presente Contrato aplicáveis, subsidiariamente, as disposições do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, e os regulamentos do Município do Porto, devendo qualquer alteração ao acordado, designadamente com vista à adaptação a legislação e regulamentação futura, ser efetuada por escrito através de adicional que altere ou adite as cláusulas necessárias.
3. As partes, sem prejuízo do princípio da legalidade, procurarão assegurar que a adaptação da utilização privativa concessionada à legislação e regulamentação que venha a ser publicada respeite, de acordo com o princípio da boa fé, as disposições e o espírito do ora acordado entre ambas.
4. Para a resolução de quaisquer litígios entre o Município do Porto e as Cocontratantes sobre a interpretação e execução deste Caderno de Encargos e do Contrato de Concessão, será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 61.ª

Não interrupção das atividades

1. A submissão de qualquer questão a processo judicial não exonera as partes do pontual e atempado cumprimento das disposições do Contrato de Concessão e das determinações do Município do Porto que no seu âmbito lhe sejam comunicadas, nem permite qualquer interrupção do desenvolvimento das atividades integradas no objeto da Concessão, que deverão continuar a processar-se nos termos em vigor à data de submissão da questão até que uma decisão final seja obtida relativamente à matéria em causa.

2. O disposto no número anterior relativamente ao cumprimento das determinações do Município do Porto pelas Cocontratantes, aplicar-se-á também a determinações consequentes sobre a mesma matéria, mesmo que emitidas após a data de submissão de uma questão a tribunal, desde que a primeira dessas determinações tenha sido comunicada às Cocontratantes antes daquela data.

Cláusula 62.º

Prazos

1. Na falta de disposição especial prevista na lei, em regulamentos ou neste Contrato, o prazo para os atos a praticar pelas Cocontratantes ou pelo Município do Porto é de 10 (dez) dias.
2. Os prazos fixados em dias neste Contrato são contados nos termos do artigo 471.º CCP.

Cláusula 63.ª

Transição entre Cocontratantes

1. As Cocontratantes ficam obrigadas a garantir todas as condições para que as Concessionárias que lhes sucedam na área concedida ou em parte dela, possam iniciar a exploração da sua Concessão às zero horas do dia a seguir à aceitação da desinstalação por parte do Município do Porto.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, as Concessionárias obrigam-se designadamente a:
 - a) Permitir que potenciais interessados em explorar as parcelas concessionadas, após o lançamento de futuro procedimento concursal, a inspecionem mediante prévia marcação com as Concessionárias;
 - b) Participar com estas, e com o Município do Porto, num grupo de trabalho destinado a auxiliar a definir os termos da transição entre as Contratantes.

ANEXO I

LOCALIZAÇÃO DAS PARCELAS A AFETAR À CONCESSÃO

Cartas:

LOTE I – Parcelas objeto do Contrato de Concessão

LOTE II – Parcelas objeto do Contrato de Concessão

LOTE III – Parcelas objeto do Contrato de Concessão

LOTE IV – Parcelas objeto do Contrato de Concessão

ANEXO II

QUANTIDADE E TIPOS DE EQUIPAMENTOS A AFETAR À CONCESSÃO, FACES E TEMPOS PARA PUBLICIDADE E PARA INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL

		Lote I				Lote II	Lote III	Lote IV
Equipamentos		Abrigos	MUPI	MUPI sobreelevado	MUPI CMP	Panel	Outdoor	Outdoor
Dimensões da publicidade	Dimensão e n.º de faces publicitárias (mm)	(1700mm/ 1100mm /2	(1700mm/ 1100mm /2	(1700mm/ 1100mm /2	(1700mm/ 1100mm /2	(2500mm/ 3500mm)/2	(5000mm/ 3000mm)	(5000mm/ 3000mm)
	Área total de publicidade por equipamento (m²)	3,91	3,91	3,91	3,91	17,5	24	24
Quantidades de equipamento	total	650	250	150	5	60	50	50
	com publicidade em cartaz/ papel	325	190 - 220	150	0	50	50	50
	com publicidade digital	140	60 - 30	0	5	0	0	0
	sem publicidade	185	0	0	0	0	0	0
Concessionário	n.º de faces publicitárias cartaz / papel	325	190 - 220	150	0	120	50	50
	n.º de faces publicitárias digitais	260	120 - 60	0	0	0	0	0
Município	n.º de faces de informação institucional cartaz / papel	325	190 - 220	150	0	0	0	0
	% de tempo dedicada a informação institucional digital	30%	30%	0	100%	-	-	-

ANEXO III

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE CADA LOTE

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Especificações mínimas técnicas e funcionais comuns a todos os Lotes

O mobiliário urbano deve cumprir com os requisitos a seguir identificados.

2. Adoção de soluções ambientalmente sustentáveis:

- a) Devem cumprir a Norma ISO 14001 - desempenho ambiental;
- b) Devem utilizar medidas de mitigação do consumo de energia elétrica;
- c) Devem cumprir a Norma ISO 50001: certificação de sistemas de gestão de energia;
- d) Devem incorporar materiais ambientalmente sustentáveis, que assentem no conceito de ciclo de vida com impactos positivos na extração das matérias-primas, na produção, na montagem em obra, na utilização, no seu fim de vida, bem com no transporte nas várias etapas;
- e) Devem usar materiais que facilitam a sua eficiente limpeza e manutenção;
- f) A Instalação elétrica é de baixa tensão, devendo respeitar os requisitos do operador, e estar certificada antes da ligação à corrente;
- g) O mobiliário com alimentação elétrica incorpora todo o equipamento incluindo o contador de energia com leitura remota;
- h) A iluminação deve ser assegurada com recurso a LED ou outras tecnologias mais eficientes;
- i) Devem facilitar o acesso a todos os seus componentes, incluindo em ações de manutenção, sem necessidade apoio ou esforço excessivo (manuseamento feito apenas por uma pessoa e com cargas não superiores a 23 kg – referência internacional NIOSH (National Institute for Occupational Safety and Health));
- j) A Impressão de cartazes deve ser “Clean”, utilizar tintas isentas de metais pesados como o chumbo ou o cádmio, tais como as tintas de água ou vegetais;

- k) Os cartazes devem ser provenientes de material reciclado e recicláveis; impressos em papéis que não utilizam cloro na sua manufatura, ECF (Elemental Chlorine-Free) e TCF (Total Chlorine-Free);
- l) A manutenção preventiva e corretiva deve ser realizada com recurso a veículos elétricos;
- m) A publicidade digital e a iluminação devem ser adaptadas à luminosidade e a períodos sem "Utilização".

3. Assegurar a durabilidade de todos os componentes:

- a) Todas as peças de mobiliário urbano a instalar no Município devem ser novas;
- b) Todas as peças de mobiliário urbano devem apresentar elevada qualidade dos materiais de fabrico;
- c) Os equipamentos deverão ser chumbados ao pavimento ou, no caso de aparafusamento, devem garantir mecanismos antirroubo;
- d) Os equipamentos com peças metálicas devem ser sempre sujeitos a tratamento de metalização;
- e) Os equipamentos devem utilizar materiais que reconhecidamente preservam ao longo do tempo as suas características funcionais, sem necessitar de manutenção ou reparações excessivas, devidamente certificados quanto à sua resistência à corrosão, deterioração e estabilidade:
 - Aço metalizado zincado com o mínimo de 60 microns de espessura;
 - Pintura com 100 microns de espessura com tratamento térmico;
 - Vidro temperado com o mínimo de 10mm de espessura;
- f) Os equipamentos devem resistir às condições climáticas a que irão ser sujeitos durante o decurso do Contrato.

4. Utilização equitativa e disponibilizar informação percetível:

- a) Devem servir qualquer grupo de utilizadores;
- b) Fornecer ao utilizador a informação necessária, quaisquer que sejam as condições ambientais/físicas existentes ou as capacidades sensoriais do utilizador;

- c) Serem dedicados a pessoas com diferentes habilidades sem estigmatizar ou segregar qualquer utilizador;
- d) Serem capazes de comunicar e informar, independentemente da habilidade do usuário ou ambiente em que se encontra;
- e) Devem diferenciar e contrastar elementos, utilizar diferentes meios de apresentação (pictórico, verbal, tátil) e permitir o acesso a estas informações a pessoas com limitações sensoriais;
- f) Oferecer soluções de detetabilidade tátil e visual dos suportes físicos e informativos;
- g) Não deve pôr em risco a segurança dos utentes ou terceiros, não apresentar qualquer angulo vivo ou qualquer perigo para os peões ou viaturas, tanto pela sua configuração como pelo seu posicionamento;
- h) Deve adotar medidas de proteção contra acidentes como a utilização de materiais suaves, a proteção de arestas vivas ou materiais pontiagudos, ocultação de fixações uniões ou orifícios;
- i) Os elementos transparentes devem possuir marcas de segurança que os tornem bem visíveis.

5. Versatilidade na utilização e instalação:

- a) Devem adotar soluções que permitem instalações em ambientes e contextos espaciais diversos (ex. declives);
- b) Possibilitar diferentes abordagens do utilizador ao espaço (ex. instalação sustentada num sistema modular das componentes);
- c) Devem permitir a instalação em diferentes ambientes e contextos (ex. instalação sustentada num sistema modular e replicável das estruturas).

CAPÍTULO II – DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DE CADA LOTE

SECÇÃO I – LOTE I

1.Descrição

1.1 Concessão da utilização privativa de parcelas do domínio público do Município do Porto para instalação, manutenção e exploração de publicidade de pequeno formato em mobiliário urbano:

- a) Abrigo

- b) MUPI
- c) MUPI sobreelevado
- d) MUPI CMP

- 1.2** Devem ser adotadas soluções de minimização do impacto visual na paisagem tais como transparência, camuflagem ou cromáticas.

2. Dimensões

2.1. Abrigo:

- a) Em toda a área coberta destinada ao movimento ou estadia de passageiros, deve assegurar-se uma altura de 2500mm admitindo-se uma variação máxima de 5%, assegurando uma altura mínima livre de 2400mm;
- b) O abrigo deve proporcionar uma área coberta, para circulação e estadia de passageiros;
- c) Pode permitir duas faces visíveis de publicidade na vertical com 1700mm x 1150mm cada, lateral ou na parede traseira, admitindo-se uma variação máxima de 20%;
- d) A base da caixa do MUPI deverá estar no máximo a uma altura de 700mm do pavimento
- e) Não é admissível publicidade em cima do abrigo, independentemente do tipo de suporte utilizado.

2.2. MUPI

- a) Deve permitir duas faces visíveis de publicidade na vertical de 1700mm x 1150mm cada, admitindo-se uma variação máxima de 20%;
- b) O volume da caixa não deve ultrapassar os 1900mm x 1200mm x 200mm, admitindo-se uma variação máxima de 10%;
- c) A base da caixa deverá estar no máximo a uma altura de 700mm do pavimento.

2.3. MUPI Sobreelevado

- a) Deve permitir duas faces visíveis de publicidade de 1700mm x 1150mm cada, admitindo-se uma variação máxima de 20%;

- b) O volume da caixa não deve ultrapassar os 1900mm x 1200mm x 250mm, admitindo-se uma variação máxima de 10%;
- c) A base da caixa deverá estar a uma altura mínima de 2500mm do pavimento.

2.4. MUPI CMP

- a) Deve permitir duas faces visíveis de publicidade na vertical de 1700mm x 1150mm cada, admitindo-se uma variação máxima de 20%;
- b) O volume da caixa não deve ultrapassar os 1900mm x 1200mm x 200mm, admitindo-se uma variação máxima de 10%;
- c) A base da caixa deverá estar no máximo a uma altura de 700mm do pavimento.

3. Quantidade de mobiliário e de faces publicitárias/informação Institucional

3.1. Abrigo:

- a) O Lote I prevê a instalação de 650 abrigos, dos quais 465 abrigos com publicidade e 185 abrigos sem publicidade;
- b) 140 abrigos devem ter publicidade digital;
- c) 325 abrigos devem ter publicidade com cartaz fixo ou rotativo não digital;
- d) O Município do Porto ficará sempre com o uso de uma das faces de cada Abrigo não digital com cartaz fixo ou rotativo. Essa face será escolhida pela Cocontratante; Nos Abrigos digitais 30% do tempo de publicidade por hora será utilizado pelo Município do Porto.

3.2. MUPI

- a) O Lote I prevê a instalação de 250 MUPI's;
- b) Destes 250 MUPIs, entre 30 a 60 poderão ser digitais;
- c) Entre 190 a 220 MUPI's podem ter publicidade com cartaz fixo ou rotativo, não digital;
- d) O Município do Porto ficará sempre com o uso de uma das faces de cada MUPI não digital com cartaz fixo ou rotativo. Essa face será escolhida pela Cocontratante;
- e) Nos MUPI's digitais 30% do tempo de publicidade por hora será utilizado pelo Município do Porto.

3.3. MUPI sobreelevado

- a) O Lote I prevê a instalação de 150 MUPI's sobreelevados;
- b) Todos os MUPI's sobreelevados terão publicidade em cartaz fixo ou rotativo, não digital.

O Município do Porto ficará sempre com o uso de uma das faces de cada MUPI sobreelevado com cartaz fixo ou rotativo. Essa face será escolhida pela Cocontratante;

3.4. MUPI CMP

O Lote I prevê a instalação de 5 MUPI's digitais dedicados exclusivamente a informação institucional do Município do Porto em 100% do seu tempo.

4. Requisitos técnicos e funcionais

4.1. O mobiliário urbano que constitui o Lote I deve garantir identidade e apresentar capacidade de integração com a área envolvente e de indução de valor no contexto urbano, recorrendo a soluções de minimização do impacto visual na paisagem tais como:

- a) Transparência – em pelo menos 50% das superfícies verticais dos abrigos;
- b) Cromáticas – aplicar a cor como um processo de camuflagem ou de reconhecimento justificando a escolha do ou das referências RAL ("Rationelle Arbeitsgrundlagen für die praktiker des Lack").

4.2. O mobiliário urbano que constitui o Lote I deve ainda garantir o cumprimento dos seguintes requisitos por tipo de equipamento:

- Abrigo

- a) Os abrigos devem contemplar pelo menos 2 versões alternativas, uma dedicada à instalação na zona histórica, zonas comerciais, culturais e de lazer e outra em áreas industriais e residenciais, com possibilidade de incorporar banco ou barra de apoio;
- b) O banco e/ou a barra de apoio devem ser ajustáveis às várias inclinações do pavimento;
- c) Deve estar assegurada a iluminação com LED ou outra tecnologia mais eficiente, de toda a área coberta;
- d) No máximo, cada abrigo pode incluir 2 paredes laterais, uma com caixa de publicidade rotativa, fixa ou digital e a outra com material transparente;

- e) Decorrente da sua localização, as duas paredes laterais poderão ter de ser de material transparente, assegurar total visibilidade a passagens pedonais, acessos a propriedade privada ou interseções existentes na proximidade, sendo que a do lado de aproximação dos veículos é, em todos os casos, transparente;
- f) A parede traseira deve conter uma área acessível para divulgação de informação institucional e sobre as linhas e horários dos transportes;
- g) Deve incluir na estrutura um espaço para afixar o nome e código da paragem, identificação das linhas e nome da operadora acessíveis;
- h) Deve incluir na estrutura um espaço digital para divulgação de informação sobre o tempo de chegada dos autocarros;
- i) Pode conter instalação de dispositivos de geração de energia renovável, alternativa à energia elétrica para que o equipamento seja autossustentável em parte dos objetos ou em parte do período de funcionamento;
- j) Todos os abrigos devem ter teto;
- k) Os abrigos devem incluir infraestrutura de voz para apoio de todos os utilizadores, incluindo cegos e ambliopes;
- l) Os abrigos devem ser constituídos por materiais devidamente certificados quanto à sua resistência à corrosão, deterioração e estabilidade;
- m) Os abrigos devem ter capacidade de duplicação para garantia da funcionalidade em locais com várias paragens e elevado número de utentes;
- n) Os abrigos devem garantir que toda a área destinada a soluções digitais e de comunicações deve ser devidamente integrada no abrigo e de acesso controlado:
 - i. Zona de entrada de cablagem de rede de comunicações (fibra ótica) ao nível do pavimento;
 - ii. Áreas técnicas para passagem de cabos no interior do equipamento;
 - iii. Zonas de instalação de equipamentos de sensorização, com as dimensões mínimas de 65 cm x 30 cm x 15 cm sendo que estas medidas podem dar origem a uma configuração vertical ou horizontal;
 - iv. Zonas de instalação de equipamentos de sensorização com comunicação de nova geração (5G), ou equipamentos de comunicações Wi-Fi;

- v. Deverá ainda ser considerado suporte para equipamentos do tipo DIN Rail (IEC/EN 60715) ou equivalente;
- vi. Capacidade de integração de antenas externas de comunicações, devidamente integradas no abrigo;
- o) Dentro dos abrigos devem ser incluídos pavimentos táteis em cumprimento das boas práticas dos sistemas de orientação para cegos e ambliopes;
- p) Devem incluir soluções de detetabilidade tátil e visual dos suportes físicos e informativos;
- q) Devem proporcionar o espaço apropriado para a utilização de ferramentas de auxílio ou assistência pessoal (ex.: cadeira de rodas);
- r) Os abrigos devem ser adaptáveis a inclinação do pavimento superior a 5 %;
- s) Os abrigos devem ainda ser adaptáveis a passeios estreitos:
 - i. Sem paredes laterais (vidro ou publicidade);
 - ii. Com abertura na parede traseira para acesso de pessoas com mobilidade condicionada;
 - iii. Largura do teto variável;
 - iv. Ajustável à instalação invertida.

- MUPI / MUPI sobreelevado / MUPI CMP

- a) Devem ser constituídos por materiais devidamente certificados quanto à sua resistência à corrosão, deterioração e estabilidade.
- b) A iluminação, se existir, deve ser com LED ou outra tecnologia mais eficiente.
- c) Pode conter instalação de dispositivos de geração de energia renovável, alternativa à energia elétrica para que o equipamento seja autossustentável parte do período de funcionamento.
- d) A intensidade luminosa dos MUPIs digitais deve respeitar os limites de luminosidade urbana, de forma a não prejudicar a segurança rodoviária ou diminuir o conforto dos utentes, residentes e visitantes do espaço público do Município do Porto.

5. Remoção do mobiliário no fim da Concessão

5.1. Decorrido o prazo da Concessão, e sem prejuízo da compra do mobiliário pelo Município do Porto, a Cocontratante obriga-se a remover a totalidade do mobiliário instalado e a reparar o pavimento conforme Plano de Desinstalação e o disposto no

Caderno de Encargos e no Código Regulamentar do Município do Porto, nos seguintes prazos máximos:

- i. 90 dias seguidos para os abrigos;
- ii. 90 dias seguidos para os MUPI's;
- iii. 90 dias seguidos para os MUPI's sobreelevados.

5.2. A Cocontratante obriga-se a proceder à remoção do mobiliário em coordenação com o plano de instalação a fornecer pelo Município do Porto e que possa advir de novo contrato de concessão.

SECÇÃO II – LOTE II

1. Descrição

Concessão da utilização privativa de parcelas do domínio público do Município do Porto para instalação, manutenção e exploração de publicidade de médio formato em mobiliário urbano tipo Painei;

2. Dimensões

As dimensões do Painei devem obedecer aos seguintes requisitos:

- a) O volume da caixa não deve ultrapassar os 3500mm x 2500mm x 200mm, admitindo-se uma variação máxima de 5%;
- b) A base da caixa deverá estar a uma altura mínima de 2500mm do pavimento;
- c) Permitir cada face visível de publicidade de 2500mm x 3500mm, admitindo-se uma variação máxima de 5%.

3. Quantidade de mobiliário e de faces publicitárias

- a) O Lote II prevê a instalação de 60 painéis nos pontos definidos no **Anexo I**;
- b) Todos os painéis terão duas faces para publicidade fixa ou rotativa, em cartaz/papel.

4. Requisitos técnicos e funcionais

Os painéis devem integrar uma proteção com portas de vidro ou acrílico.

5. Remoção do mobiliário no fim da Concessão

5.1. Decorrido o prazo da Concessão, a Cocontratante obriga-se a remover os 60 painéis e a reparar o pavimento conforme Plano de Desinstalação e o disposto no Caderno de Encargos e no Código Regulamentar do Município do Porto, no prazo máximo de 30 dias seguidos.

5.2. A Cocontratante obriga-se a proceder à remoção do mobiliário em coordenação com o plano de instalação a fornecer pelo Município do Porto e que possa advir de novo contrato de concessão.

SECÇÃO III – LOTE III

1. Descrição

Concessão da utilização privativa de parcelas do domínio público do Município do Porto para instalação, manutenção e exploração de publicidade de médio formato em mobiliário urbano tipo Outdoor (Localização Grupo A).

2. Dimensões

A dimensão do Outdoor deve obedecer aos seguintes requisitos:

- a) O volume da face publicitária não deve ultrapassar os 8000mm x 3000mm x 200mm, admitindo-se uma variação máxima de 5%;
- b) A base da face publicitária deverá estar a uma altura mínima de 2500mm do pavimento;
- c) Área destinada a publicidade fixa é de 8000mm x 3000mm com variação admissível de 5%.

3. Quantidades de mobiliário e de faces publicitárias

- a) O Lote III prevê a colocação de 50 outdoors nos pontos com o prefixo OA, definidos no **Anexo I**;
- b) Cada outdoor tem uma face publicitária para cartaz fixo.

4. Requisitos técnicos e funcionais

Não tem específicos.

5. Remoção do mobiliário no fim da Concessão

5.1. Decorrido o prazo da Concessão, a Cocontratante obriga-se a remover os 50 outdoors e a reparar o pavimento conforme Plano de Desinstalação e o disposto no Caderno de Encargos e no Código Regulamentar do Município do Porto, no prazo máximo de 30 dias seguidos.

5.2. A Cocontratante obriga-se a proceder à remoção do mobiliário em coordenação com o plano de instalação a fornecer pelo Município do Porto e que possa advir de novo contrato de concessão.

SECÇÃO IV – LOTE IV

1. Descrição

Concessão da utilização privativa de parcelas do domínio público do Município do Porto para instalação, manutenção e exploração de publicidade de médio formato em mobiliário urbano tipo Outdoor (Localização Grupo B).

2. Dimensões

As dimensões do Outdoor devem obedecer aos seguintes requisitos:

- a) O volume da face publicitária não deve ultrapassar os 8000mm x 3000mm x 200mm, admitindo-se uma variação máxima de 10%;
- b) A base da face publicitária deverá estar a uma altura mínima de 2500mm do solo.
- c) Área destinada a publicidade fixa é de 8000mm x 3000mm com variação admissível de 5%.

3. Quantidades de mobiliário e de faces publicitárias

- a) O Lote IV prevê a instalação de 50 outdoors pontos com o prefixo OB, definidos no **Anexo I**;
- b) Cada outdoor deve ter uma face publicitária para cartaz fixo.

4. Requisitos técnicos e funcionais

Não tem específicos.

5. Remoção do mobiliário no fim da Concessão

5.1. Decorrido o prazo da Concessão, a Cocontratante obriga-se a remover os 50 outdoors e a reparar o pavimento conforme Plano de Desinstalação e o disposto no Caderno de Encargos e no Código Regulamentar do Município do Porto, no prazo máximo de 30 dias seguidos.

5.2. A Cocontratante obriga-se a proceder à remoção do mobiliário em coordenação com o plano de instalação a fornecer pelo Município do Porto e que possa advir de novo contrato de concessão.

MODELO DE ANÚNCIO DO CONCURSO PÚBLICO - DRE

1 - Identificação e contactos da entidade adjudicante		
Designação da entidade adjudicante (*)	Município do Porto	
NIF da entidade adjudicante (*)	501306099	
Serviço/Órgão/Pessoa de contacto		
Endereço (*)	Praça General Humberto Delgado	
Código postal (*)	4000	111
Localidade (*)	Porto	
País	Portugal	
NUT III	PT11A	
Distrito	Porto	
Concelho	Porto	
Freguesia	União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São I	
Telefone	00351	222097216
Fax	00351	222097296
Endereço da Entidade (url)	www.cm-porto.pt	
Endereço Eletrónico (*)	suportepce@cm-porto.pt	
2 - Objeto do contrato		
Designação do contrato (*)	Concessão de utilização privativa do domínio público municipal para instalação, manutenção e exploração publicitária de mobiliário urbano, por lotes.	
Descrição sucinta do objeto do contrato (*)	Concessão de utilização privativa do domínio público municipal para instalação, manutenção e exploração publicitária de mobiliário urbano, por lotes.	
Tipo de contrato	<input type="checkbox"/> Empreitada de Obras Públicas	
	<input type="checkbox"/> Locação de Bens Móveis	
	<input type="checkbox"/> Aquisição de Bens Móveis	
	<input type="checkbox"/> Aquisição de Serviços	
	<input type="checkbox"/> Concessão de Obras Públicas	
	<input checked="" type="checkbox"/> Concessão de Serviços Públicos	

	<input type="checkbox"/> Sociedade
Preço Base do Procedimento	<input type="checkbox"/> Sim
	No caso da opção ser a acima descrita:
	<input type="checkbox"/> Valor do preço base do procedimento
(*)	<div> <div></div> <div>EUR</div> </div> <p>Não usar vírgulas nem pontos</p> <p>Ex.: 125450,50</p>
	OU
	Para acordo-quadro - valor total máximo estimado para toda a duração do acordo-quadro :
	<div> <div></div> <div>EUR</div> </div> <p>Não usar vírgulas nem pontos</p> <p>Ex.: 125450,50</p>
	<input type="checkbox"/> Não
Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos)	
Vocabulário principal	79341200-8
Valor	<div> <div></div> <div>EUR</div> </div> <p>Não usar vírgulas nem pontos</p> <p>Ex.: 125450,50</p>
3 - Indicações adicionais	
Referência interna	CPI/??/2020/DMC
O contrato envolve aquisição conjunta (com várias entidades)? (*)	
	<input type="checkbox"/> Sim
NIPC (*)	
Designação da entidade adjudicante (*)	
Unidades Orgânicas	
% (*)	
	<input checked="" type="checkbox"/> Não
Contratação por lotes? (*)	
	<input checked="" type="checkbox"/> Sim
	<input type="checkbox"/> Não
O contrato é adjudicado por uma central de compras? (*)	
	<input type="checkbox"/> Sim
	<input checked="" type="checkbox"/> Não
O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro? (*)	
	<input type="checkbox"/> Sim
	Modalidade(*)
	<input type="checkbox"/> Com uma entidade

	<input type="checkbox"/> Com várias entidades		
	Prazo de vigência ^(*)		
	<input type="checkbox"/>		
	Até ^(*)		
	<input type="checkbox"/> Por meses		
	Por		
		meses	
	<input type="checkbox"/> Por anos		
	Por		
		Anos	
	<input checked="" type="checkbox"/> Não		
É utilizado um leilão eletrónico? ^(*)			
	<input type="checkbox"/> Sim		
	<input checked="" type="checkbox"/> Não		
É adotada uma fase de negociação? ^(*)			
	<input type="checkbox"/> Sim		
	<input checked="" type="checkbox"/> Não		
4 - Admissibilidade da apresentação de propostas variantes ^(*)			
	<input type="checkbox"/> Sim		
	<input checked="" type="checkbox"/> Não		
5 - Local da execução do contrato			
País ^(*)	Portugal		
NUTS III ^(*)	PT11A	Área Metropolitana do Porto	
Distrito ^(*)	Porto		
Concelho ^(*)	Porto		
Freguesia ^(*)	União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, I		
6 - Prazo de execução do contrato			
	dias ou		
	meses ou		
15	anos (lotes I e II)		
5	anos (lotes III e IV)		
O contrato é passível de renovação? ^(*)			
Nº máximo de renovações ^(*)			
<input checked="" type="checkbox"/> Não			
<input type="checkbox"/>	Empreitadas de obras públicas		
7 - Documentos de habilitação			

7.1 - Habilitação para o exercício da atividade profissional (*)	
<input type="checkbox"/> Sim	
Tipo: (*)	
Descrição (*)	
<input checked="" type="checkbox"/> Não	
7.2 - Informação sobre contratos reservados (2)	
O contrato está reservado a entidades e fornecedores cujo objetivo principal seja a integração social e profissional de pessoas com deficiência ou desfavorecidas? (*)	
<input type="checkbox"/> Sim	
Descrição (*)	
<input checked="" type="checkbox"/> Não	
8 - Acesso às peças do concurso e apresentação das propostas	
8.1 - Consulta das peças do concurso	
Designação do serviço da entidade adjudicante onde se encontram disponíveis as peças do concurso para consulta dos interessados	
	DMCompras
Endereço desse serviço (*)	Rua do Bolhão, 162-6.º
Código postal (*)	4000 111
Localidade (*)	Porto
Telefone (*)	00351 222097216
Fax (*)	00351 222097296
Endereço Eletrónico (*)	suportepce@cm-porto.pt
8.2 - Fornecimento das peças do concurso, apresentação dos pedidos de participação e apresentação das propostas	
Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante	
<input checked="" type="checkbox"/> Plataformas Eletrónicas licenciadas pelo IMPIC	Academia de Informática (http://www.acingov.pt/acingov/)
9 - Prazo para apresentação das propostas	
Até às	17 : 00 do 45 º dia a contar da data de envio do presente anúncio
10 - Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas	
120 dias a contar do termo do prazo para a apresentação das propostas (*)	
11 - Critério de adjudicação (*)	
Melhor relação qualidade-preço (*)	
<input type="checkbox"/> Sim	
<input checked="" type="checkbox"/> Não	
Critério relativo à qualidade	
Nome (*)	

Ponderação campo de preenchimento obrigatório(*)	
Critério relativo ao custo (*)	
Nome (*) Avaliação da remuneração total a pagar ao Município do Porto	
Ponderação (*)	100
12 - Prestação de caução	
<input checked="" type="checkbox"/> Sim	
(*)	2 %
<input type="checkbox"/> Não	
13 - Identificação e contactos do órgão de recurso administrativo	
Designação (*)	Município do Porto
Endereço desse serviço (*)	Rua do Bolhão, 162-6.º
Código postal (*)	4000 111
Localidade (*)	Porto
Telefone	00351
Fax	00351
Endereço Eletrónico (*)	suportepce@cm-porto.pt
Prazo de interposição de recurso	dias
14 - Data de envio do anúncio para publicação no Diário da República	
<i>Preenchimento automático pela INCM aquando do pagamento.</i>	
15 - O procedimento a que este anúncio diz respeito também é publicitado no Jornal Oficial da União Europeia?	
<input checked="" type="checkbox"/> Sim	
<input type="checkbox"/> Não	
16 - Outras Informações	
Serão usados critérios ambientais? (*)	
<input checked="" type="checkbox"/> Sim	
<input type="checkbox"/> Não	
17 - Identificação do autor do anúncio	
Nome (*)	Pedro Manuel Martins dos Santos
Cargo (*)	Diretor Municipal de Finanças e Património

Nota: as normas do programa do concurso prevalecem sobre quaisquer indicações constantes do presente anúncio com elas desconformes, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 40º do Código dos Contratos Públicos.

(*) Preenchimento obrigatório

Secção I: Autoridade adjudicante

I.1 Nome e endereços¹ (identifique todas as autoridades adjudicantes responsável pelo procedimento)

Nome oficial	Município do Porto	Número de registo nacional	
Endereço Postal	Praça General Humberto Delgado		
Localidade	Porto	Código NUTS:	PT11A
		Código Postal	4049-001
		País	Portugal
Pessoa de Contacto	Divisão Municipal de Compras		Telefone
			+351222097216
Correio Eletrónico	suportepce@cm-porto.pt		FAX
			+351 222097296
Endereço(s) Internet			
Endereço principal (URL)	www.cm-porto.pt		
Endereço do perfil do adquirente: (URL)			

I.2 Contratação Conjunta

<input type="checkbox"/>	O contrato envolve aquisição conjunta <i>No caso de contratação conjunta que envolva vários países – direito nacional aplicável à adjudicação:</i>
<input type="checkbox"/>	O contrato é adjudicado por uma central de compras

I.3 Comunicação

<input checked="" type="checkbox"/>	Os documentos do concurso estão disponíveis gratuitamente para acesso direto, completo e ilimitado em: (URL) https://www.acingov.pt
<input type="checkbox"/>	O acesso aos documentos do concurso é limitado. Mais informações podem ser obtidas em: (URL)
Para obter mais informações, consultar	
<input checked="" type="checkbox"/>	o endereço indicado acima
<input type="checkbox"/>	outro endereço: (indique outro endereço)
As propostas ou pedidos de participação devem ser enviados para	
<input checked="" type="checkbox"/>	eletronicamente para: (URL) https://www.acingov.pt
<input type="checkbox"/>	o endereço indicado acima
<input type="checkbox"/>	o seguinte endereço: (indique outro endereço)
<input type="checkbox"/>	A comunicação eletrónica exige a utilização de ferramentas e dispositivos que não estão habitualmente disponíveis. O acesso direto, completo e ilimitado a estas ferramentas e dispositivos é possível gratuitamente em: (URL)

I.4 Tipo de autoridade adjudicante

<input type="checkbox"/>	Ministério ou outra autoridade nacional ou federal, incluindo as respetivas repartições regionais ou locais	<input type="checkbox"/>	Organismo de direito público
--------------------------	---	--------------------------	------------------------------

<input type="checkbox"/> Agência/Órgão nacional ou federal	<input type="checkbox"/> Instituição/Agência europeia ou organização internacional
<input checked="" type="checkbox"/> Autoridades regionais ou locais	<input type="checkbox"/> Outro Tipo:
<input type="checkbox"/> Agência/Órgão regional ou local	

I.5 Atividade principal

<input checked="" type="checkbox"/> Serviços públicos gerais	<input type="checkbox"/> Habitação e equipamentos da coletividade
<input type="checkbox"/> Defesa	<input type="checkbox"/> Proteção social
<input type="checkbox"/> Segurança e ordem pública	<input type="checkbox"/> Atividades recreativas, culturais e religiosas
<input type="checkbox"/> Ambiente	<input type="checkbox"/> Educação
<input type="checkbox"/> Assuntos económicos e financeiros	<input type="checkbox"/> Outra atividade
<input type="checkbox"/> Saúde	

Secção II: Objeto

II.1) Quantidade ou âmbito do concurso

II.1.1) Título:	Concessão de utilização Privativa do Domínio Público para instalação, manutenção e exploração publicitária de mobiliário urbano, por lotes.		Número de referência: ²	CPI/__/2020/DMC
II.1.2) Código CPV principal:	79341200-8	Código CPV complementar: ^{1, 2}		
II.1.3) Tipo de contrato	<input type="checkbox"/> Obras	<input type="checkbox"/> Fornecimento	<input type="checkbox"/> Serviços	<input checked="" type="checkbox"/> Concessão de Serviço Público
II.1.4) Descrição resumida:				
II.1.5) Valor total estimado ²	0			
Valor sem IVA	0	Moeda:	euro	
II.1.5) Valor total estimado ²				
Valor sem IVA:		Moeda:		
(para acordos-quadro ou sistemas de aquisição dinâmicos – valor total máximo estimado para toda a duração do acordo-quadro ou do sistema de aquisição dinâmico.)				
II.1.6) Informação sobre os lotes				
Contrato dividido em lotes	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não		

Podem ser apresentadas propostas para	<input checked="" type="checkbox"/> todos os lotes	<input type="checkbox"/> Número máximo de lotes	<input type="checkbox"/> apenas um lote
<input type="checkbox"/> Número máximo de lotes que podem ser adjudicados a um proponente			
<input type="checkbox"/> A autoridade adjudicante reserva-se o direito de adjudicar contratos que combinem os seguintes lotes ou grupos de lotes			

II.2) Descrição ¹

II.1.1.) Título ²	Concessão de utilização Privativa do Domínio Público para instalação, manutenção e exploração publicitária de mobiliário urbano, por lotes.	Lo te n. e ²	1 - Suportes de pequeno formato; Abrigos; MUPI; MUPI sobrelevado; MUPI CMP
II.2.2) Código(s) CPV adicional(is) ²			
Código CPV principal	79341200-8	Código CPV complementar ^{1,2}	
II.2.3) Local de execução			
Código NUTS: ¹	PT11A	Local principal de execução	Porto
II.2.4) Descrição do concurso (natureza e quantidade das obras, fornecimentos ou serviços, ou indicação das necessidades e requisitos)			
II.2.5) Critérios de adjudicação			
<input checked="" type="checkbox"/> Critérios a seguir enunciados:			
<input type="checkbox"/> Critério relativo à qualidade – Nome / Ponderação: ^{1,2,20}			
<input checked="" type="checkbox"/> Critérios relativos ao custo – Nome / Ponderação ^{1,20} Avaliação da remuneração total a pagar ao Município do Porto 100%			
<input type="checkbox"/> Preço – ponderação: ²¹			
<input type="checkbox"/> O preço não é o único critério de adjudicação e todos os critérios se encontram enunciados apenas na documentação do concurso			
II.2.6) Valor estimado			
Valor sem IVA		Moeda: euro	
(para acordos-quadro ou sistemas de aquisição dinâmicos – Valor total máximo estimado para toda a duração do presente lote)			
II.2.7) Duração do contrato, acordo-quadro ou sistema de aquisição dinâmico			
Duração em meses		Ou	Duração em dias: 5475
Ou	Início (dd/mm/aaaa)	/ FIM:	
O contrato é passível de recondução	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Descrição das renovações

II.2.9) Informação sobre a limitação do número de candidatos que serão convidados <i>(exceto em concursos públicos)</i>	
Número previsto de operadores:	
ou Número mínimo previsto	/ Número máximo: ²
Critérios objetivos para a escolha do número limitado de candidatos:	
II.2.10) Informação sobre as variantes	
São aceites variantes <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
II.2.11) Informação sobre as opções	
Opções <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Descrição das opções:
II.2.12) Informação relativa a catálogos eletrónicos	
<input type="checkbox"/> As propostas devem ser apresentadas sob a forma de catálogos eletrónicos ou incluir um catálogo eletrónico	
II.2.13) Informação sobre os fundos da União Europeia	
O contrato está relacionado com um projeto e/ou programa financiado por fundos da União Europeia <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
Identificação do projeto:	
II.2.14) Informação adicional:	

II.1.1.) Título ²		L o t e n . g 2	
Concessão de utilização Privativa do Domínio Público para instalação, manutenção e exploração publicitária de mobiliário urbano, por lotes.		2: Suportes de médio formato: Painel	
II.2.2) Código(s) CPV adicional(is)²			
Código CPV principal	79341200-8	Código CPV complementar ^{1,2}	
II.2.3) Local de execução			
Código NUTS: ¹	PT11A	Local principal de execução	Porto
II.2.4) Descrição do concurso <i>(natureza e quantidade das obras, fornecimentos ou serviços, ou indicação das necessidades e requisitos)</i>			
II.2.5) Critérios de adjudicação			
<input type="checkbox"/> Critérios a seguir enunciados:			
<input type="checkbox"/>	Critério relativo à qualidade – Nome / Ponderação: ^{1,2,20}		
<input checked="" type="checkbox"/>	Critérios relativos ao custo – Nome / Ponderação ^{1,20} Avaliação da remuneração total a pagar ao Município do Porto 100%		

<input type="checkbox"/> Preço – ponderação: ²¹	
<input type="checkbox"/> O preço não é o único critério de adjudicação e todos os critérios se encontram enunciados apenas na documentação do concurso	
II.2.6) Valor estimado	
Valore sem IVA	Moeda:
<i>(para acordos-quadro ou sistemas de aquisição dinâmicos – Valor total máximo estimado para toda a duração do presente lote)</i>	
II.2.7) Duração do contrato, acordo-quadro ou sistema de aquisição dinâmico	
Duração em meses	Ou Duração em dias: 5475
Ou Início (dd/mm/aaaa)	/ FIM:
O contrato é passível de recondução	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Descrição das renovações
II.2.9) Informação sobre a limitação do número de candidatos que serão convidados (exceto em concursos públicos)	
Número previsto de operadores:	
ou Número mínimo previsto	/ Número máximo: ²
Critérios objetivos para a escolha do número limitado de candidatos:	
II.2.10) Informação sobre as variantes	
São aceites variantes	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
II.2.11) Informação sobre as opções	
Opções	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Descrição das opções:
II.2.12) Informação relativa a catálogos eletrónicos	
<input type="checkbox"/> As propostas devem ser apresentadas sob a forma de catálogos eletrónicos ou incluir um catálogo eletrónico	
II.2.13) Informação sobre os fundos da União Europeia	
O contrato está relacionado com um projeto e/ou programa financiado por fundos da União Europeia	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Identificação do projeto:	
II.2.14) Informação adicional:	

III.1.1.) Título ²	Concessão de utilização Privativa do Domínio Público para instalação, manutenção e exploração publicitária de mobiliário urbano, por lotes.	L o t e n . g 2	3: Suportes de grande formato (Grupo A): Outdoor
II.2.2) Código(s) CPV adicional(is)²			
Código CPV principal	79341200-8	Código CPV complementar ^{1,2}	
II.2.3) Local de execução			
Código NUTS: ¹	PT11A	Local principal de	Porto

execução	
II.2.4) Descrição do concurso <i>(natureza e quantidade das obras, fornecimentos ou serviços, ou indicação das necessidades e requisitos)</i>	
II.2.5) Critérios de adjudicação	
<input type="checkbox"/> Critérios a seguir enunciados:	
<input type="checkbox"/>	Critério relativo à qualidade – Nome / Ponderação: ^{1,2,20}
<input checked="" type="checkbox"/>	Critérios relativos ao custo – Nome / Ponderação ^{1,20} Avaliação da remuneração total a pagar ao Município do Porto 100%
<input type="checkbox"/>	Preço – ponderação: ²¹
<input type="checkbox"/>	O preço não é o único critério de adjudicação e todos os critérios se encontram enunciados apenas na documentação do concurso
II.2.6) Valor estimado	
Valore sem IVA	Moeda:
<i>(para acordos-quadro ou sistemas de aquisição dinâmicos – Valor total máxima estimado para toda a duração do presente lote)</i>	
II.2.7) Duração do contrato, acordo-quadro ou sistema de aquisição dinâmico	
Duração em meses	Ou Duração em dias: 1825
Ou Início (dd/mm/aaaa)	/ FIM:
O contrato é passível de recondução	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Descrição das renovações
II.2.9) Informação sobre a limitação do número de candidatos que serão convidados <i>(exceto em concursos públicos)</i>	
Número previsto de operadores:	
ou Número mínimo previsto	/ Número máximo: ²
Critérios objetivos para a escolha do número limitado de candidatos:	
II.2.10) Informação sobre as variantes	
São aceites variantes	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
II.2.11) Informação sobre as opções	
Opções	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Descrição das opções:
II.2.12) Informação relativa a catálogos eletrónicos	
<input type="checkbox"/> As propostas devem ser apresentadas sob a forma de catálogos eletrónicos ou incluir um catálogo eletrónico	
II.2.13) Informação sobre os fundos da União Europeia	
O contrato está relacionado com um projeto e/ou programa financiado por fundos da União Europeia	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Identificação do projeto:	
II.2.14) Informação adicional:	

II.1.1.) Título ²	Concessão de utilização Privativa do Domínio Público para instalação, manutenção e exploração publicitária de mobiliário urbano, por lotes.	L o t e n . 9 2 4: Suportes de grande formato (Grupo B): Outdoor
II.2.2) Código(s) CPV adicional(is) ²		
Código CPV principal	79341200-8	Código CPV complementar ^{1,2}
II.2.3) Local de execução		
Código NUTS: ¹	PT11A	Local principal de execução Porto
II.2.4) Descrição do concurso (natureza e quantidade das obras, fornecimentos ou serviços, ou indicação das necessidades e requisitos)		
II.2.5) Critérios de adjudicação		
<input type="checkbox"/> Critérios a seguir enunciados:		
<input type="checkbox"/> Critério relativo à qualidade – Nome / Ponderação: ^{1,2,20}		
<input checked="" type="checkbox"/> Critérios relativos ao custo – Nome / Ponderação ^{1,20} Avaliação da remuneração total a pagar ao Município do Porto 100%		
<input type="checkbox"/> Preço – ponderação: ²¹		
<input type="checkbox"/> O preço não é o único critério de adjudicação e todos os critérios se encontram enunciados apenas na documentação do concurso		
II.2.6) Valor estimado		
Valore sem IVA	Moeda:	
(para acordos-quadro ou sistemas de aquisição dinâmicos – Valor total máximo estimado para toda a duração do presente lote)		
II.2.7) Duração do contrato, acordo-quadro ou sistema de aquisição dinâmico		
Duração em meses	Ou	Duração em dias: 1825
Ou Início (dd/mm/aaaa)	/ FIM:	
O contrato é passível de recondução	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Descrição das renovações
II.2.9) Informação sobre a limitação do número de candidatos que serão convidados (exceto em concursos públicos)		
Número previsto de operadores:		
ou Número mínimo previsto	/ Número máximo: ²	
Critérios objetivos para a escolha do número limitado de candidatos:		
II.2.10) Informação sobre as variantes		

São aceites variantes	<input type="checkbox"/>	Sim	<input checked="" type="checkbox"/>	Não
II.2.11) Informação sobre as opções				
Opções	<input type="checkbox"/>	Sim	<input checked="" type="checkbox"/>	Não
Descrição das opções:				
II.2.12) Informação relativa a catálogos eletrónicos				
<input type="checkbox"/>	As propostas devem ser apresentadas sob a forma de catálogos eletrónicos ou incluir um catálogo eletrónico			
II.2.13) Informação sobre os fundos da União Europeia				
O contrato está relacionado com um projeto e/ou programa financiado por fundos da União Europeia				
	<input type="checkbox"/>	Sim	<input checked="" type="checkbox"/>	Não
Identificação do projeto:				
II.2.14) Informação adicional:				

Secção III: Informação de carácter jurídico, económico, financeiro e técnico

III.1) Condições de participação

III.1.1) Habilitação para o exercício da atividade profissional, incluindo requisitos em matéria de inscrição em registos profissionais ou comerciais	
Lista e breve descrição das condições:	
III.1.2) Capacidade económica e financeira	
<input type="checkbox"/>	Critérios de seleção conforme descritos na documentação do concurso
Lista e breve descrição das condições:	
Nível(is) mínimo(s) das normas eventualmente aplicáveis: ²	
III.1.3) Capacidade técnica e profissional	
<input type="checkbox"/>	Critérios de seleção conforme descritos na documentação do concurso
Lista e breve descrição das condições:	
Nível(is) mínimo(s) das normas eventualmente aplicáveis: ²	
III.1.5) Informação sobre contratos reservados ²	
<input type="checkbox"/>	O contrato está reservado a entidades e a operadores económicos cujo objetivo principal seja a integração social e profissional de pessoas com deficiência ou desfavorecidas
<input type="checkbox"/>	A execução do contrato é limitada ao âmbito de programa de empregos protegidos

III.2) Condições relacionadas com o contrato ²

III.2.1) Informação sobre uma profissão específica (apenas para contratos de serviços)	
<input type="checkbox"/>	A execução dos serviços está reservada a uma profissão específica

Referência às disposições legislativas, regulamentares ou administrativas pertinentes
III.2.2) Condições de execução do contrato
III.2.3) Informação sobre o pessoal responsável pela execução do contrato
<input type="checkbox"/> Obrigação de indicar os nomes e habilitações profissionais do pessoal destacado para a execução do contrato

Secção IV: Procedimento

IV.1) Descrição

IV.1.1) Tipo de procedimento	
<input checked="" type="checkbox"/>	Concurso aberto
<input type="checkbox"/>	Procedimento acelerado
Justificação	
<input type="checkbox"/>	Concurso limitado
<input type="checkbox"/>	Procedimento acelerado
Justificação	
<input type="checkbox"/>	Procedimento concorrencial com negociação
<input type="checkbox"/>	Procedimento acelerado
Justificação	
<input type="checkbox"/>	Diálogo concorrencial
<input type="checkbox"/>	Parceria para a inovação
IV.1.3) Informação acerca do acordo-quadro ou sistema de aquisição dinâmico	
<input type="checkbox"/>	O concurso implica a celebração de um acordo-quadro
<input type="checkbox"/>	Acordo-quadro com um único operador
<input type="checkbox"/>	Acordo-quadro com vários operadores
	Número máximo previsto de participantes no acordo-quadro: ²
<input type="checkbox"/>	O concurso implica a criação de um sistema de aquisição dinâmico
<input type="checkbox"/>	O sistema de aquisição dinâmico pode ser utilizado por outros adquirentes
No caso de acordos-quadro – justificação para qualquer duração superior a quatro anos:	
IV.1.4) Informação sobre a redução do número de soluções ou propostas durante a negociação ou o diálogo	
<input type="checkbox"/>	Recurso a procedimento faseado para redução gradual do número de soluções a discutir ou propostas a negociar
IV.1.5) Informação relativa à negociação (apenas para procedimentos concorrenciais com negociação)	
<input type="checkbox"/>	A autoridade adjudicante reserva-se o direito de adjudicar o contrato com base nas propostas iniciais sem realizar negociações

IV.1.6) Informação acerca do leilão eletrónico			
<input type="checkbox"/> Vai ser efetuado um leilão eletrónico			
Informação complementar acerca do leilão eletrónico:			
IV.1.8) Informação relativa ao Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)			
O contrato é abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos	<input type="checkbox"/>	Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não

IV.2) Informação administrativa

IV.2.1) Publicação anterior referente ao presente concurso ²			
Número do anúncio no JO S:	/S		
<i>(Um das seguintes: Anúncio de pré-informação; Anúncio relativo a um perfil de adquirente)</i>			
IV.2.2) Prazo para a receção das propostas ou pedidos de participação			
Data: (dd/mm/aaaa)	45 dias	Hora local: (hh:mm)	17h00
IV.2.3) Data prevista de envio dos convites à apresentação de propostas ou dos convites para participar aos candidatos selecionados ⁴			
Data (dd/mm/aaaa)			
IV.2.4) Línguas em que as propostas ou os pedidos de participação podem ser apresentados: ¹			
Portuguesa			
IV.2.6) Período mínimo durante o qual o concorrente é obrigado a manter a sua proposta			
A proposta deve ser válida até: (dd/mm/aaaa) 120 dias			
ou Duração em meses (a contar da data limite para receção das propostas)			
IV.2.7) Condições de abertura das propostas			
Data (dd/mm/aaaa)	Hora local (hh:mm)	Local	
Informação sobre as pessoas autorizadas e o procedimento de abertura das propostas:			

Secção VI: Informação complementar

VI.1) Informação sobre o carácter recorrente

Contrato recorrente	<input type="checkbox"/>	Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não
Calendário previsto para a publicação de anúncios ulteriores: ²			

VI.2) Informação relativa aos fluxos de trabalho eletrónicos

<input checked="" type="checkbox"/>	Serão utilizadas encomendas eletrónicas
<input type="checkbox"/>	Será aceite faturação eletrónica
<input type="checkbox"/>	Serão utilizados pagamentos eletrónicos

VI.3) Informação adicional:²

--

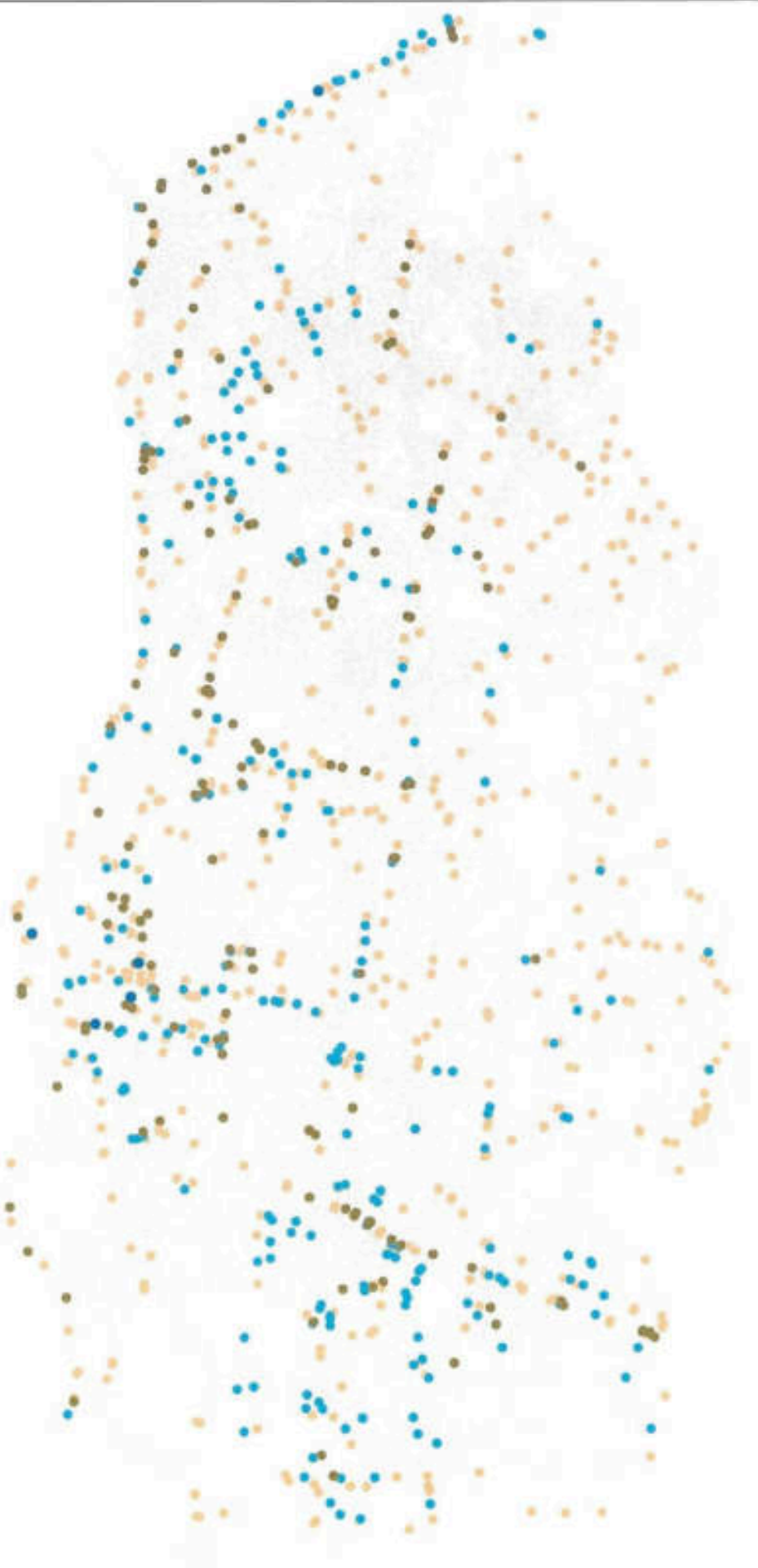
VI.4) Procedimentos de recurso

VI.4.1) Organismo responsável pelos processos de recurso				
Nome oficial				
Endereço postal				
Localidade:	Código Postal	País		
Correio eletrónico		Telefone		
Endereço internet: (URL)		FAX		
VI.4.2) Organismo responsável pelos processos de mediação ²				
Nome oficial				
Endereço postal				
Localidade:	Código Postal	País		
Correio eletrónico		Telefone		
Endereço internet: (URL)		FAX		
VI.4.3) Processo de recurso				
VI.4.4) Serviço junto do qual podem ser obtidas informações sobre os processos de recurso ²				
Nome oficial	Município do porto			
Endereço postal	Praça General Humberto Delgado			
Localidade:	Porto	Código Postal	4000-111	País Portugal
Correio eletrónico	Suportepce@cm-porto.pt		Telefone	222097216
Endereço internet: (URL)	www.cm-porto.pt		FAX	222097296

VI.5) Data de envio do presente anúncio: (dd/mm/aaaa)
--

É da responsabilidade da autoridade/entidade adjudicante garantir a conformidade com a legislação da União Europeia e quaisquer legislações aplicáveis.

- ¹ repita tantas vezes quantas forem necessárias
- ² se aplicável
- ⁴ se a referida informação estiver disponível
- ²⁰ poderá ser conferida importância em vez de ponderação
- ²¹ poderá ser conferida importância em vez de ponderação; no caso de o preço ser o único critério de adjudicação, não é necessário recorrer à ponderação



Legenda:

- Abriço
- MUPI
- MUPI Sobreelevado
- MUPI CMP

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DO ESPAÇO PÚBLICO

DIVISÃO MUNICIPAL DE REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

CONCESSÃO DE UTILIZAÇÃO PRIVATIVA DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA
INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DE PUBLICIDADE EM MOBILIÁRIO
URBANO, POR LOTES

LOTE 1 - Parcelas Objeto do Contrato de Concessão



Escala: 1:20000





Legenda:



Parcela

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DO ESPAÇO PÚBLICO
DIVISÃO MUNICIPAL DE REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

CONCESSÃO DE UTILIZAÇÃO PRIVATIVA DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA
INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DE PUBLICIDADE EM MOBILIÁRIO
URBANO, POR LOTES

LOTE II - Parcelas Objeto do Contrato de Concessão



Escala: 1:20.000





Legenda:

■ Outdoor - Grupo A

CABANA MUNICIPAL DO PORTO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DO ESPAÇO PÚBLICO
DIVISÃO MUNICIPAL DE REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

CONCESSÃO DE UTILIZAÇÃO PRIVATIVA DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA
INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DE PUBLICIDADE EM MOBILIÁRIO
URBANO, POR LOTES

LOTE III - Parcelas Objeto do Contrato de Concessão



Anexo I



Legenda:

- Outdoor - Grupo B

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DO ESPAÇO PÚBLICO
DIVISÃO MUNICIPAL DE REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

CONCESSÃO DE UTILIZAÇÃO PRIVATIVA DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA
INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DE PUBLICIDADE EM MOBILIÁRIO
URBANO, POR LOTES

LOTE IV - Parcelas Objeto do Contrato de Concessão



Anexo I